

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 11 de abril de 2022 - Ata n.º 27.

Aos onze dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.^º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.^º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **27.^a Sessão Ordinária da 4.^a Sessão Legislativa da 19.^a Legislatura**. O Sr. 2.^º Secretário procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior (n.^º 26, de 6 de abril de 2022), a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. A seguir, o Sr. 1.^º Secretário procedeu à leitura dos documentos protocolados que compuseram o Expediente.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, senhoras e senhores. Sim, Sr. Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.^º 755/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.^º 4980/2019, do Deputado Evandro Araújo; **Ofício n.^º 765/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento ao Requerimento n.^º 367/2022, do

Deputado Reichembach; **Ofício n.º 751/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 7286/2021, dos Deputados Mabel Canto e Goura; **Ofício n.º 763/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 6522/2021, do Deputado Nelson Luersen; **Ofício n.º 742/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho ao Requerimento n.º 6352/2021, da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 740/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 197/2022, do Deputado Coronel Lee; **Ofício n.º 790/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento ao Requerimento n.º 190/2022, do Deputado Goura; **Ofício n.º 786/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Fazenda ao Requerimento n.º 198/2022, do Deputado Coronel Lee; **Ofício n.º 743/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 50/2022, do Deputado Evandro Araújo; **Ofício n.º 750/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Fazenda ao Requerimento n.º 284/2022, do Deputado Luiz Fernando Guerra; **Ofício n.º 748/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 90/2022, do Deputado Goura; **Ofício n.º 754/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho ao Requerimento n.º 6071/2021, do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 124/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 775/2021, sendo convertido na Lei n.º 21006; **Ofício n.º 128/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 14/2022, sendo convertido na Lei n.º 21007; **Ofício n.º 104/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 307/2021, sendo convertido na Lei n.º 21003; **Ofício n.º 127/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 768/2021, sendo convertido na Lei n.º 21004; **Ofício n.º 121/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 582/2020, sendo convertido na Lei n.º 21000; **Ofício n.º**

123/2022 do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 49/2022, sendo convertido na Lei n.º 21005; **Ofício n.º 125/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 669/2021, sendo convertido na Lei n.º 21001; **Ofício n.º 120/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 103/2022, sendo convertido na Lei n.º 20999; **Ofício n.º 122/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 699/2021, sendo convertido na Lei n.º 21002; **Ofício n.º 773/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 185/2022, do Deputado Cobra Repórter. Era isso, Sr. Presidente, o que tínhamos para o presente momento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados e Sr.^{as} Deputadas, hoje teremos o Grande Expediente em dois atos: por solicitação do Deputado Tadeu Veneri, 15 minutos do Grande Expediente serão utilizados pelo Sr. Célio Martins, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, e pela Sr.^a Aline de Oliveira Rios, Diretora de Defesa Corporativa do Sindijor, que farão uma apresentação sobre a violência sofrida por jornalistas no Paraná e no Brasil no exercício de suas funções; logo após, por solicitação do Deputado Michele Caputo, a Sr.^a Sandra Salomão Curi Reichi, Presidente da Associação Paranaense dos Portadores de Parkinsonismo, falará sobre o *Dia Mundial de Conscientização da Doença de Parkinson*, comemorado nesta data atualmente. O Deputado Michele me informou que não estaria presente em função de um compromisso que acabou tendo que assumir neste momento, mas faço aqui o registro. Agradecemos a presença aqui na Casa do Sr. Célio Martins, que é o Presidente do Sindicato, já anunciado; da Sr.^a Silvia Valin, Diretora Executiva do Sindijor; da Sr.^a Aline de Oliveira Rios, Diretora de Defesa Corporativa do Sindijor; da Sr.^a Silvane Maltaca, Diretora de Comunicação do Sindijor; do Sr. Darci Junior, Diretor de Cultura do Sindijor; da Sr.^a Cláudia Aparecida Carneiro, jornalista convidada e assessora da Arquidiocese de Ponta Grossa; e também os nossos ilustres visitantes, Sr.^a Sandra Salomão Curi Reichi, Presidente da Associação Paranaense dos Portadores de Parkinsonismo e portadora da doença de

Parkinson; do Sr. Neif Reichi Neto, esposo da Sr.^a Sandra Salomão; do Sr. Edmar Menegati, representando os associados da Parkinson Paraná; do Sr. Orley Boçon, assessor de relações institucionais da Parkinson Paraná; da Sr.^a Auricélia Regina Reitz, Gerente Administrativa da Parkinson Paraná; e da Sr.^a Calmides dos Santos Dal Bosco, associada da Parkinson Paraná. Então, como teremos aí dois espaços concedidos, os primeiros 15 minutos serão utilizados inicialmente pelo Deputado Tadeu, para fazer a saudação aos convidados, e na sequência a palavra ao Sr. Célio Martins e posteriormente à Sr.^a Aline de Oliveira Rios. Deputado Tadeu.

GRANDE EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^s Deputado Tadeu Veneri, Célio Martins e Aline de Oliveira Rios; e Sr.^a Sandra Salomão Curi.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Obrigado, Sr. Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, nossos convidados e aqueles que nos assistem pela *TV Assembleia*. Fazer também aqui uma referência que V.Ex.^a já fez, Sr. Presidente, à Teia Tavares, que está aqui conosco, que é Diretora de Ação para a Cidadania do Sindijor e também Assessora Parlamentar da Alep. Fizemos esta solicitação, Sr. Presidente, pela situação que vivem hoje os diversos profissionais de imprensa do nosso País, do nosso Estado, que muitas vezes são constrangidos justamente por fazerem aquilo que é a sua profissão, não só divulgar, mas também fazer o relato, fazer as impressões que têm daquilo que acontece e que, vez por outra, acabam tendo uma situação de muito desconforto, como aconteceu, aliás, na última semana com um grande empresário do Brasil que se sentiu muito ofendido porque um jornalista fez uma referência a um ônibus estacionado de forma irregular em Curitiba e ele entendeu que isso não poderia acontecer e colocou o nome desse jornalista, que deveria ser procurado por todos. O jornalista não cria notícias, o jornalista relata as notícias. Então, fico aqui muito honrado de poder receber o Sindicato dos Jornalistas, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, e de pronto, para que já possamos ser bastante objetivos, passo ao nosso mais do que amigo, nosso companheiro Célio, profissional que tem uma larga história aqui na Assembleia Legislativa, também na *Gazeta do Povo* e outros órgãos do nosso Estado, assim como todos os profissionais que estão aqui e que

nos acompanham. Obrigado, Célio, por aceitar o nosso convite. Para nós, como falei, é uma honra tê-lo aqui novamente, hoje de terno e gravata, nesta Casa. Falei ao Célio, Presidente, que ele está parecendo mais um Deputado do que um jornalista hoje! Mas, isso aqui é muito bom, é bom vê-lo aqui, é bom ver toda a gestão do Sindijor e saber que a direção do sindicato está presente em todas as lutas. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Com a palavra então o nosso amigo Célio Martins.

SR. CÉLIO MARTINS: Muito boa tarde, Sr. Deputado Ademar Traiano, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Sr. Deputado Tadeu Veneri, autor da proposição para que tivéssemos acesso a esta tribuna; muito boa tarde aos demais ilustres Deputados e Deputadas aqui presentes; aos jornalistas e às jornalistas, em especial a Teia Tavares, Assessora Parlamentar desta Casa e Diretora do Sindijor; e a todas e todos que nos acompanham. Primeiramente, quero registrar aqui um episódio que retrata o motivo da nossa presença nesta Casa de Leis no dia de hoje. Na última sexta-feira, um dia após o Dia dos Jornalistas, comemorado no dia 7 passado, a repórter da rádio CBN, Simone Giacometti, teve o celular de trabalho arrancando de suas mãos por um advogado, que se identificou como advogado de um condomínio há poucos metros daqui, na Av. Cândido de Abreu. A repórter fazia a cobertura de um protesto de mães de crianças autistas e com deficiência. Esse episódio é apenas uma imagem da onda de violência contra jornalistas que se espalhou no País nos últimos anos. Com passagens por diversos veículos de comunicação, aqui do Paraná e de outros estados, jamais presenciei uma série de ataques e agressões a profissionais de imprensa como atualmente. A terrível onda de violência por diversos atores não tem precedente na história recente, só tem um paralelo com o período da ditadura militar. Com a novidade de que agora estamos em um regime democrático. O mais grave é que os ataques além de serem espalhados pelas redes sociais e por outros canais de internet, partem de uma parcela de agentes públicos, líderes políticos, integrantes do Poder Executivo e Legislativo, de membros do Judiciário,

empresários ligados a causas ideológicas extremistas e, se não bastasse, por disseminadores de *fake news*. O jornalismo trabalha com fatos, portanto, trouxemos a esta Casa, aos Deputados e às Deputadas, dados reais que comprovam a escalada de violência. O levantamento foi realizado pela jornalista Aline Rios, Diretora do Sindijor, que faz pesquisas há mais de três anos sobre o tema. Por gentileza, prezada Aline.

SR.^A ALINE DE OLIVEIRA RIOS: Muito obrigada, Célio. Cumprimento também as Deputadas e os Deputados, desta ilustre Casa de Leis; também saúdo as e os jornalistas paranaenses, especialmente, Simone, Rafael e Eduardo, que foram as mais recentes vítimas de ataques contra jornalistas de que temos notícias aqui no Estado. Os primeiros dados que os senhores vão conseguir acompanhar mostram que foram extraídos dos relatórios de violência contra jornalistas, elaborados pela nossa Federação Nacional dos Jornalistas, que desde 1998 divulga anualmente esses levantamentos. Podemos perceber que o Paraná mantém certa regularidade em relação ao número médio de ataques por ano, com picos verificados em anos eleitorais, principalmente, mais recentemente. É importante mencionar também que o Paraná sempre figura entre os estados com mais casos de violência contra jornalistas e atualmente ocupa a quarta posição nesse perverso *ranking* nacional. Desde 2013 tem sido crescente ainda o volume de ataques contra os jornalistas que atuam na cobertura de temas relacionados ao campo político. Recentemente, ocorreram os picos em 2018 e 2020, o que tem certa relação com o protagonismo que o Estado assumiu no cenário político nacional, nesses últimos anos. A nossa federação também registra as reiteradas práticas de violência contra jornalistas. Em 2021, entre os 430 casos registrados, os tipos mais frequentes de violência foram a censura e tentativas de descreditibilização contra os profissionais do jornalismo. Essa violência acontece principalmente quando os profissionais estão atuando efetivamente na cobertura dos fatos, quando sofrem agressões, subtração ou destruição de equipamentos ou hostilizações, ou em consequência do seu trabalho profissional, com campanhas de difamação pelas redes sociais, exposição indevida de dados, entre outras violências. A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo também realiza

diagnósticos para monitorar a violência contra jornalistas no Brasil. O relatório sobre violência de gênero contra jornalistas, divulgado este ano, mostra que em 2021 ocorreu um ataque com viés de gênero, contra jornalistas, a cada três dias no País, 60% dessas situações envolveram a cobertura política. Outra organização que monitora a violência contra jornalistas é a *Repórteres Sem Fronteiras*, que coleta e analisa anualmente dados de 180 países. A RSF também mantém atualizada uma classificação mundial de risco, em que o Brasil perdeu quatro posições de 2020 para o ano passado, ocupando atualmente a posição de número 111. O Brasil, segundo essa organização, é classificado como um País em situação difícil com relação à liberdade de imprensa, que é o último grau antes da classificação mais grave atribuída por essa organização. A Unesco também avalia continuamente a situação de liberdade de imprensa e, neste ano, divulgou um relatório de tendências globais de violência contra as mulheres jornalistas. Esses dados confirmam o que as profissionais já sentam na pele no cotidiano. A violência contra a mulher jornalista é ainda mais preocupante, pois sempre vem acompanhada de violências adicionais, com cunho machistas, sexistas, além de trazer implicações para a vida pessoal dessas profissionais, inclusive, com ameaças direcionadas às suas famílias e aos seus filhos. Elas são as principais vítimas dos ataques virtuais, especialmente, aqueles cometidos por agentes políticos, o que é aprofundado diante dos altos índices de impunidade, com relação àqueles que praticam crimes contra jornalistas no Brasil. Trouxemos também informações sobre a Convenção n.º 190 da Organização Internacional do Trabalho, vigente desde 2021, que reconhece a violência em todo ambiente de trabalho e não só no local físico, o que para nós do jornalismo é de extrema importância. Essa convenção não se encontra ratificada pelo Brasil. Sabendo que alguns dos senhores e senhoras possam ter interesse em se lançar ao Congresso, temos também a esperança de que possam nos ajudar nessa luta... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, pode continuar. Ainda teremos mais cinco minutos.

SR.^A ALINE DE OLIVEIRA RIOS: Perfeito. Muito obrigada. A violência contra o jornalista não se encerra em si mesma. O ataque é contra o profissional quase sempre com a intenção de silenciá-lo, mas essa agressão afeta principalmente o direito à informação da sociedade. Bloquear um jornalista em uma rede social e hostilizá-lo para se esquivar de uma entrevista ou difamá-lo porque não gostou de uma informação divulgada sonegam o direito de a sociedade ser informada. As informações apuradas com ética e responsabilidade são essenciais para orientar a sociedade, inclusive para municiá-la no momento de exercer o seu direito ao voto. Há um compromisso com relação à transparência pública, que passa pela fiscalização de atos públicos e que também de certa forma é assegurado pela atividade jornalística, afinal, não se pode comparar o ato de realizar uma *live*, por exemplo, falando o que quer e como se quer falar, ao ato de se submeter a uma entrevista jornalística, que leva os anseios apresentados pelos cidadãos e cidadãs. Existem várias recomendações realizadas pelas organizações quanto ao enfrentamento à violência contra jornalistas e que passam pelo compromisso das empresas em assegurar o trabalho decente e seguro aos profissionais, mas passa também pelas plataformas e redes sociais, que precisam ter repostas mais eficazes a esses ataques e também pelos legisladores que podem e devem se somar a nós nesses esforços, inclusive, contratando jornalistas para atuar na comunicação das Casas Legislativas e em seus próprios gabinetes. É claro, nós também atuamos em defesa das e dos jornalistas e também estamos fazendo a nossa parte. No Paraná, por exemplo, temos um protocolo desde 2018, que foi atualizado em 2021, com orientações da nossa federação, coletamos informações, prestamos apoio, acompanhamos os profissionais atacados e tentamos articular ações em rede, como essa iniciativa que nos trouxe aqui a esta Casa hoje. A informação jornalística é essencial para a democracia, ela respeita o direito à informação da sociedade, e mais ainda, salva vidas. Muito obrigado.

SR. CÉLIO MARTINS: Ilustres Deputados e Deputadas, nós, profissionais de imprensa, no papel de guardiões e guardiãs da população, somos responsáveis por levar até as pessoas informações seguras e éticas. Nossa compromisso é com a verdade dos fatos e nossa lealdade é com os cidadãos e as cidadãs. Esta Casa

Legislativa tem a obrigação constitucional de defender a liberdade de imprensa e criar condições para assegurar o livre direito de atuação dos profissionais de jornalismo. Sem essas garantias, a democracia está seriamente ameaçada e, em consequência, a sociedade como um todo. Esperamos dos Deputados e Deputadas desta Casa iniciativas urgentes para assegurar os direitos dos jornalistas e das jornalistas. Muito obrigado a todos e a todas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Agradecemos as manifestações do Sr. Célio Martins e da Aline de Oliveira e podem ter certeza de que o Poder Legislativo, que é a caixa de ressonância da nossa democracia, dará todo o apoio, total e integral à classe jornalística do nosso Estado do Paraná, e também repudiamos as agressões que têm ocorrido em relação aos episódios recentes principalmente e outras situações que já aconteceram aqui no Estado do Paraná. Deste Poder, dos Sr.^s Deputados e Deputadas, podem ter certeza da nossa presteza permanentemente, e aqui, a Casa onde o jornalismo impera, ela se faz presente todos os dias, jornalistas que cobrem o Poder Legislativo, sempre muito bem recebidos. Qualquer manifestação contrária àquilo a que nos propomos a fazer em defesa de vocês, podem ter certeza de que iremos repudiá-la. Sejam sempre bem-vindos à nossa Casa.

Agora, o Deputado Michele não pôde estar presente, então de imediato vou conceder a palavra à Sr.^a Sandra Salomão Curi, para que fale em nome da Associação Paranaense dos Portadores de Parkinsonismo.

SR.^A SANDRA SALOMÃO CURI: Bom, convidada por Michele Caputo Neto, em nome da Associação Paranaense de Parkinson, de Parkinsionismo também, os nossos cumprimentos aos Excelentíssimos Deputados e Deputadas, e agradeço a todos os meus amigos aqui presentes que vieram nos ver e vieram nos aplaudir devido à liberdade de estar aqui hoje falando com vocês. Hoje comemoramos o *Dia Mundial de Consciência à Doença de Parkinson*. Então, pedimos para a população ter a consciência de que o tratamento dessa doença nos ajuda se for em tempo hábil para que tenhamos uma realização de um tratamento

especializado, que é extremamente necessário quando se descobre que tem a doença de Parkinson. No Brasil, estima-se que 400 mil pessoas têm a doença. E apesar dos números serem muito significantes e preocupantes, o mal de Parkinson ainda não é tão conhecido. A doença é a segunda degenerativa que frequentemente a população não sabe que é uma doença crônica, progressiva, irreversível, que causa danos às células e a diminuição da transmissão responsável pela dopamina. Assim, nós, portadores de Parkinson e todos aqueles que desconhecem o perigo da doença, ela apresenta tremor, lentidão nos movimentos, rigidez, falta de equilíbrio, entre outras dificuldades que sentimos. Segundo a Organização Mundial da Saúde, a população mundial acima de 65 anos é comprometida em 1% dessa população. Diante desses números tão expressivos surgiu a Associação Paranaense de Parkinsonismo do Paraná, onde podemos dizer quem somos. A Associação de Parkinson é uma instituição sem fins lucrativos e surgiu sendo fundada por um homem muito corajoso, que tinha a doença de Parkinson e em 3 de dezembro de 2000, o Sr. Magno Jorge Lima, ou Jorge Magno de Lima, inaugurou a Associação de Parkinson em Curitiba. Contamos, aproximadamente, com mil portadores atendidos pela Associação, sendo assim considerada a Associação de utilidade pública municipal, estadual e federal. A Associação conta com 34 colaboradores, entre eles funcionários e voluntários. A nossa missão é acolher o portador da doença de Parkinson, promovendo um atendimento humanizado, com qualidade na defesa dos seus direitos e inclusão à sociedade. Os maiores valores que apresentamos é proporcionar, ao paciente com doença de Parkinson, melhor qualidade de vida, conscientizar a sociedade civil e a sociedade governamental que a doença de Parkinson, a Associação de Parkinson necessita de colaboradores. E esses colaboradores serão extremamente bem-vindos. Nossa atendimento é promover atendimentos médicos e multidisciplinares especializados de forma integral. A Associação já prestou mais de 41 mil atendimentos e continua prestando nas diversas áreas. Vamos apresentar depois os nossos *slides* com os profissionais atuando junto à Associação. Temos na Associação a farmácia. Essa farmácia foi fundada e implantada na Associação, sendo ela um diferencial de todas as

Associações do Brasil. E é por isso que estou aqui chamando a atenção de todos vocês. Temos, na gestão do Secretário, hoje Deputado Michele Caputo, ajuda dentro da nossa Associação, onde todos os pacientes com a doença, como disse, os 1.100 pacientes, passam pela nossa farmácia, onde recebem a medicação gratuita aos portadores de Parkinson. E a nossa Associação, sendo ela com todo esse potencial, gostaria que vocês tivessem outro olhar à nossa Associação, porque ela oferece a todos um sistema gratuito de medicação. E nenhuma associação, em nível de Brasil, possui essa farmácia. Muito bem, continuando, precisamos de vocês. Não podemos deixar de pedir à sociedade civil e, principalmente, à sociedade governamental, a colaboração, porque assim, juntos, seremos muito mais fortes e continuaremos junto à Associação a trabalhar e ajudar. De que forma? Sendo voluntários, sendo colaborador, sendo doador de materiais para a Associação e também do imposto de renda devido, 3% para a pessoa física e 1% para pessoa jurídica. Tendo as nossas considerações gerais, vamos apresentar os nossos *slides* dos profissionais. Ainda não vou agradecer. Vou aguardar os nossos *slides*. Achou? Não tem? Não apareceu? Não tem problema então. O que viemos mostrar a todos vocês seriam as terapias que a Associação apresenta. Ela nos traz maior bem-estar. Por quê? Porque o medicamento que a Associação nos proporciona faz com que diminua o sintoma, mas a doença é progressiva. E isso faz com que tenhamos fisioterapia, arteterapia, médicos neurológicos, geriatra, nutricionista, além de outros mais, acupuntura, massoterapia. Então, temos uma gama de atividades por meio de profissionais especializados onde ela se torna a melhor Associação do Brasil. E é isso que estou aqui, solicitando a todos que sejam colaboradores da Associação. Pode se tornar amigo, não nos importamos, achamos até melhor. Então, o que acontece? Estou aqui para agradecer a todos a terem ouvido que Curitiba tem uma Associação de Parkinson, está de braços abertos para acolher vocês na Avenida Silva Jardim, 3180. Muito obrigada. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vou suspender a Sessão uns instantes, para que façamos os registros fotográficos com os nossos visitantes.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a Sessão.

Registro a presença aqui na Assembleia do Vereador Fabrício de Souza, de Pinhais, por solicitação do Deputado Luiz Carlos Martins. Seja bem-vindo. Primeiro orador inscrito, Deputado Coronel Lee.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^{os} Deputados: Coronel Lee; Cantora Mara Lima; Soldado Fruet; Homero Marchese; Luciana Rafagnin; e Cristina Silvestri.

DEPUTADO CORONEL LEE (PDC): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, o que nos traz aqui hoje, Presidente, é a declaração do criminoso e ex-condenado, Lula, que proferiu aquela ameaça dos Deputados de direita e vesti a minha carapuça, sou um Deputado de direita. Ele já até já desconsiderou, ele já amenizou a situação falando que não era bem aquilo: toda ação rege uma reação. Não é mesmo, Presidente? Ele já falou que foi um mal-entendido, entendemos, entendemos, sim. Inclusive aqui, nesta Casa de Leis, teve um Deputado aqui, até foi o Deputado Requião Filho, que falou, que proferiu, na frente de todos, que não tem medo de ameaça. Sinceramente, não sei quem fez essa ameaça, a ele, principalmente. O nosso vídeo está aqui, Presidente, para todos. Não foi feita ameaça nenhuma, muito mais para o senhor, não é, Deputado Requião, o senhor inclusive não é parte legítima. Está fingindo que não está ouvindo, mas o senhor não é parte legítima para representar ou para falar nada, a não ser *jogar palavras ao vento*. Passei a vida inteira, sabe, Presidente, passei a vida inteira ouvindo de marginais, de grevistas, de invasor de terra, de presidiários, quando estavam os holofotes virados para eles, passei a vida inteira ouvindo: *Me prende, me mata, não tenho medo de você; me algema, atira em mim*. E pensei que já tinha passado essa fase, senhores. Ouço isso aqui: *Não tenho de ameaça*. Quem é que ameaçou o senhor, quem ameaçou algum dos Deputados aqui, senhores? O vídeo está aí, é público. Quando esse mesmo Deputado falou: *Nossos queridos policiais*. Quem receberia uma bala? Quem votou contra a perda de direitos ou

quem sistematicamente votou contra a PM? Quem será que a polícia abriria as portas para um bom café? Somos tão queridos por V.Ex.^a, Deputado, que o senhor não conseguiu engolir ainda a resposta que lhe dei quando o senhor questionou a presença da farda aqui. O senhor não conseguiu digerir até hoje de tão querida que a Polícia Militar é para o senhor. Acho que quem receberia o senhor para um bom café, acho que aquela cachorrada, aqueles criames que o tal Governador, Ex-Governador Requião chamava alguns PMs, esses que se prestavam a isso, eles vão receber o senhor. E quando o senhor falou que não fez nada, que fez alguma coisa e que fizemos alguma coisa contra, vi o senhor como coautor de uma emenda constitucional que foi feita nessa tabela do subsídio que foi mandado pelo Governo, o senhor mandou uma emenda que, inclusive, votei a favor. Não sei se o senhor sabe disso. E o senhor inclusive falou que não tem medo de ameaças: *Não tive e nunca terei*. Então, o senhor assinou aqui, publicamente, que o senhor faz parte de uma daquelas 50 pessoas que iam nos visitar nas nossas casas, para incomodar as nossas famílias, nossas esposas, nossos filhos. Então, se o senhor não tem medo de ameaça, então acho que o senhor faz parte daquelas 50 pessoas que iam visitar os Deputados de direita. Mas, falo publicamente, aqui, Deputado. O senhor nunca foi, o senhor não é e nunca será bem-vindo à minha casa. E o senhor diz que defende a nossa classe, a policial militar. É igual àquela guarnição da Polícia Militar no Largo da Ordem que prendeu um viciado e os senhores quiseram arrebatar esse preso das mãos da polícia, ligaram diretamente para o Secretário da Segurança Pública, ameaçando essa equipe; igual à situação do confronto armado que teve lá na Praça Espanha, que quiseram desvirtuar aqui e fomos em defesa da Polícia Militar. Quiseram desvirtuar. Igual às invasões de terra: estão sempre do outro lado ameaçando a polícia. Não é mesmo? Não parece que é mesmo defensor da nossa classe, não parece o mesmo quando mataram nossos três policiais militares lá em Campo Bonito. Não parece o mesmo que quando teve um oficial baleado no peito e uma sem terra baleada na perna, o Ex-Governador Requião foi visitar logo quem, Presidente? A baleada na perna. O oficial baleado no peito, nessa operação, não foi visitado pelo PT. Engraçado. Nem parece a mesma pessoa

falando. Quando o senhor falou, Deputado, que: *Deixem os discursos e as ameaças para quem não tem o que apresentar de concreto...* (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, V.Ex.^a está inscrito no seu horário de Liderança.

DEPUTADO CORONEL LEE (PDC): Obrigado, Presidente. Quando o senhor afirmou aqui: *Deixem as ameaças para quem não tem o que apresentar de concreto.* O maior Projeto sobre salário da Polícia Militar era da nossa autoria; era a equiparação salarial com a nossa coirmã da polícia civil. Enquanto estávamos andando, sabe, Deputado, à época, Deputado Hussein, Deputado Do Carmo, Deputado Adriano José, mais dez associações, andamos por todas as secretarias afetas, deu 84 páginas. Estava tudo certo. O senhor estava onde, já que o senhor é defensor da Polícia Militar? Quando apresentamos a única emenda que salvaria a Polícia Militar da licença especial, adivinhe quem votou contra, Deputado Requião? A Lei n.^º 18.372/2014, que tiramos a Polícia Militar, fala sobre a previdência complementar, já que não fazemos nada, Deputado Requião, adivinhe quem votou contra? E essa mesma lei, o Deputado Ratinho Junior colocou aqui e todo o funcionalismo público do Paraná ficou sujeito a essa lei, menos a Polícia Militar do Paraná, com uma emenda minha. Adivinhe quem votou contra? Já que não fazemos nada, adivinhe quem votou contra? Quando falamos aqui, quando movimentamos vários expedientes falando que mais de 150 municípios do Estado do Paraná já estavam sem policiamento; quando questionamos o Secretário da Segurança Pública na compra de armamento importado, e que esse Secretário deliberadamente dispensou o teste de proficiência, entregando uma bomba na mão dos nossos policiais militares, o senhor estava onde quando questionamos isso e encaminhamos expediente? E não fazemos nada pela Polícia Militar! Deputada Luciana, parabéns pela sua serenidade, que lhe é peculiar! Deputado Professor Lemos, sempre calmo, lúcido nos seus pronunciamentos. Deputado Arilson Chiorato, faz sempre um trabalho muito sério, respeitoso, consegue defender suas convicções. Estamos de lados opostos por muitas vezes, mas sem agressões e com muito profissionalismo. Já falei para o senhor pessoalmente, e

vou falar publicamente agora: aprendi muito com o senhor. Muito obrigado, Deputado Arilson! Muito obrigado! O nosso pessoal que está nos apoiando, quero agradecer a presença de vocês, e é por vocês que combatemos e existimos para servi-los. Senhores, um pronunciamento que fez o nosso Deputado Requião aqui, acho que seria bom para refletirmos. Vou repetir as palavras dele aqui: “A CCJ quando quer presta, quando quer faz um trabalho técnico com votos bem-feitos, mas quando quer, também faz política e, de vez em quando, Deputado Marcio Pacheco, se presta a cada papelão! Como, por exemplo, aprovar projetos completamente inconstitucionais por força de política.” Então, é isso mesmo, Deputado Nelson Justus? Senhores Deputados da CCJ, sou um suplente da CCJ. Então, quer dizer que os senhores se prestam a papelões? É assim que nos referimos uns aos outros nesta Casa? Então, quer dizer que esta Casa de Leis é uma farsa? São palavras que estão gravadas aqui. Obrigado, Sr. Presidente! (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próxima oradora, Deputada Cantora Mara Lima.

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (REP): Boa tarde, Sr. Presidente Traiano, Deputado Gilson de Souza, 1.^º e 2.^º Secretários, o nosso 1.^º saiu. Prazer grande estar nesta tribuna, nesta oportunidade. Estava ouvindo o Coronel Lee, dentro da sua convicção, ele trouxe aqui a sua “defesa” do que falam e do que dizem. E não vim me justificar, mas vim trazer um comunicado, que muita gente vê ali no painel que mudei de Partido. Hoje, estou no Republicanos e muitos vieram me perguntar a razão pela qual fui para o Republicanos. E já deixo de antemão que estou muito honrada de ter sido convidada por inúmeros partidos, inúmeros deles, e fiquei muito feliz, muito agradecida, mas tomei uma iniciativa, Deputados, para o Republicanos, que tem como Presidente o Sr. Valdemar Bernardo, por acreditar na ideologia desse Partido, que é a minha convicção, é o que acredito, as bandeiras que levanto, que é Deus, Pátria, família e liberdade. É de conhecimento de todos que sou, sim, uma Deputada conservadora, até porque esse é o meu lema desde que aqui cheguei e porque, muitas vezes, temos que prestar atenção

em um Partido que estamos indo. É porque, Deputado Gilson de Souza, temos que acreditar começando lá no Partido se ele acredita nas nossas convicções. Sempre fui contra a ideologia de gênero, todo mundo sabe aqui, nunca escondi. Sou piamente contra o aborto. Sou a favor da vida. Linguagem neutra, essa baboseira toda, viu, Deputado Homero, que faz parte do meu Partido, e nunca foi segredo para ninguém. Então, estou muito feliz, estou muito tranquila pelo Partido que escolhi e estamos na luta, mais uma vez, é óbvio, acreditando que não só eu, mas todos os Deputados que ali fazem parte têm a mesma convicção. Como Líder da Bancada Evangélica, hoje, nesta Casa de Leis, tenho convicção plena de que muitos Deputados têm lutado em favor das mesmas bandeiras que eu. Esta semana, fiquei muito triste, Deputados, e revoltada com o Manifesto na *Folha de São Paulo*, onde se manifestaram por meio de um teólogo, não vou citar o nome, e tem o meu repúdio aqui, dizendo ele que Jesus Cristo sofreu abuso sexual antes de ser crucificado. Publicado no caderno *Ilustríssima* pela *Folha de São Paulo*, no dia 9, sobre uma tese levantada por esse teólogo, que não chamo acho de um louco, alguém que não está batendo bem da *biola*, não é? Não podemos admitir esse tipo de ato e por isso tenho convicção de que sou mais forte ainda conservadora. O que visa de alguma forma querer ridicularizar a fé cristã? Esse tipo de informação não constitui em nada para sociedade. Além disso, não contribui de forma nenhuma e não está de acordo nenhum momento com as Escrituras, no texto de Marcos 15, 16-20, que nada cita sobre essa tese levantada. Morreu, foi crucificado por todos nós, Jesus Cristo, nosso Salvador. Não podemos admitir comentários que não estão de acordo com o texto bíblico e nem com as Escrituras. Também ouvi, esta semana que passou, um monte de comentário acerca do aborto, que não devemos ter vergonha, que as mulheres não precisam ter vergonha de abortar e etc., e etc., e que durante uma campanha política não devemos trazer os valores para discussão. Ora, se não trouxermos os valores para discussão, de que forma, Pastor Gilson, Deputado desta Casa, podemos saber o pensamento daqueles que querem... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Mara, por favor, um minuto para concluir.

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (REP): É possível ficar com o horário de Liderança para concluir?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok.

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (REP): Pode? Até porque hoje, com orgulho, sou a Vice-Líder do Partido Republicano e tendo como primeiro Líder o Deputado Marcio. Ora, se não trouxermos os valores para nossa discussão, Deputado Amaro, que é o nosso querido Deputado Republicano, não vamos saber o pensamento daqueles que querem nos representar. A vida está acima de tudo. A vida é primordial. O ser humano depende a cada dia dessa defesa da vida e não pode se envergonhar por isso, não é? Defendo a vida desde a sua concepção e vou defender durante toda a campanha, e vou defender enquanto existir vida em mim. Esse tipo de bandeira que levantamos e que não tem nada a ver somente com época eleitoral, mas tem com a nossa convicção. Acho que têm que ser criadas mais políticas públicas em favor dessas mulheres que, no momento de uma grande aflição entre interromper a sua gestação ou continuar, precisaria de alguém e de uma assessoria psicológica, para que ela entendesse que é muito mais importante ela prosseguir aquela gestação do que interrompê-la. Ela ter de fato políticas públicas que abracem, sendo ela rica ou pobre, e que foi discutido sobre isso que as mulheres pobres não têm chance de abortar e que as ricas, foi o que entendi, não é, elas têm mais condição de aborto. Acho que chegamos a uma encruzilhada entre o mal e o bem. Acredito que sempre existiu o mal e o bem, o feio e o bonito, isso é óbvio, e vamos que optar por um lado! E deixo bem claro então aqui o lado que acredito. Acredito na família, acredito nos valores dessa família e se quiserem me chamar de conservadora para mim é um elogio.

Deputado Alexandre Amaro (REP): Concede-me um aparte, Deputada, por gentileza?

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (REP): Pois não.

Deputado Alexandre Amaro (REP): Primeiro queria parabenizá-la pela vinda ao Republicanos 10, um Partido que tem todo esse perfil conservador, que tem a família, os bons costumes acima de tudo. É certo que tem pessoas que têm o seu pensamento que diverge do nosso e respeitamos! Quando uma coisa não é falada de maneira correta, depois sempre vai se tentar justificar o que falou, e assim aconteceu com quem falou o que falou e anda falando muitas coisas que não coadunam com o pensamento cristão. A senhora falava aí da notícia da *Folha*, uma notícia fora de qualquer contexto, uma pessoa que se diz fazer um estudo e um estudo levando para um lado totalmente fora dos contextos dessa palavra. Então, parabéns pelo posicionamento da senhora, coaduno dos mesmos pensamentos, o Gilson de Souza, nosso Deputado, coaduna dos mesmos pensamentos, porque nós, antes de estarmos Deputados, temos a nossa convicção de fé, somos pastores, pessoas que pregam a liberdade e a verdade, não aceitamos esse pensamento de que um aborto é algo normal. Não, não é normal! Normal é ensinar as pessoas o que devem fazer, a conduta de vida que devem ter. Então, o nosso posicionamento conservador, de ideais familiares, sempre vai prevalecer. Não vamos mudar a nossa bandeira ou a cor dela para ganhar votos de pessoas. Não é esse o objetivo, não! O objetivo maior é defender a prioridade chamada família e quem tem família sempre vai buscar essa defesa. Então, mais uma vez, parabenizo-a pela sua fala, parabenizo-a por esse posicionamento e aqui dentro do Partido Republicanos sempre vamos ter essa postura e esse posicionamento. Se as pessoas não gostarem, tudo bem, paciência! Mas, é o nosso jeito de ser, a nossa maneira republicana de pensar. A família está acima de tudo e Deus tem que ser sempre respeitado. Muito obrigado pelo aparte, Deputada.

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (REP): Obrigada, Deputado Amaro. É isso, gente: Deus, pátria, família e liberdade. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Soldado Fruet.

DEPUTADO TIÃO MEDEIROS (PP): Presidente, *pela ordem...* Ah, o Deputado Fruet vai falar! Mas, logo na sequência do Deputado Fruet, Presidente, gostaria de fazer apenas um agradecimento, se o senhor me permitir.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Pois não.

DEPUTADO TIÃO MEDEIROS (PP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Fruet, tem a palavra.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, irmãos da Polícia Militar e da Polícia Civil do nosso Estado, boa tarde. Senhor Presidente, fui pesquisar o significado da palavra rato e um significado achei bem interessante e me abriu os olhos a este Governo. “Rato: pessoa que age de maneira trapaceira, buscando enganar outras pessoas.” Hoje a minha mensagem vai para os policiais da coirmã, nossos guerreiros policiais civis. A Militar e a Civil sempre foram unidas em prol da segurança de todos os paranaenses e hoje, graças a um desgoverno, ... **(Por determinação do Presidente Ademar Traiano, com fulcro no inciso V do art. 167 do Regimento Interno, foram suprimidas do discurso algumas expressões proferidas de forma agressiva ao Governador do Estado.)** ... policiais civis e militares foram obrigados a se confrontarem. A Polícia Militar, cumprindo ordens que gostariam de descumprir, mas que por dever de ofício teve que cumprir, foi obrigada a intervir em uma manifestação pacífica promovida pelos policiais civis contra os abusos, as mentiras e os desmandos deste Governador. E aqui me refiro à tropa fardada. Hoje, no Detran, alguns policiais militares, que estão na Casa Militar, lamentavelmente agrediram seus coirmãos ... **(Por determinação do Presidente Ademar Traiano, com fulcro no inciso V do art. 167 do Regimento Interno, foram suprimidas do discurso algumas expressões proferidas de forma agressiva ao Governador do Estado.)** A esse Major Rodrigo da Costa, da Polícia Militar, que hoje está na Casa Militar, que pela manhã desligou o som do carro que dava apoio aos manifestantes, quero dizer que você hoje envergonhou

toda a Polícia Militar. A Casa Militar, Major, é temporária, mas a nossa irmandade é eterna. Uma coisa é cumprir ordens, outra é *lamber as botas* do Governador ou outra coisa. Esta semana voltarei a falar sobre esta situação da Polícia Civil no Paraná, sobre a falta de ação de um Delegado-Geral que está deixando dezenas de delegacias fechadas no interior. Anotei aqui e vou voltar a falar sobre esse Major Rodrigo da Costa...

DEPUTADO GILSON DE SOUZA (PL): Senhor Presidente, *pela ordem*, por gentileza.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Talvez para você Major fique fácil agredir os nossos irmãos ganhando um salário de R\$ 27.760,00 e mais R\$ 8.718,00 por participar, por fazer parte da Casa Militar, agredir aqueles irmãos que estão lutando para melhorar um salário de R\$ 3 mil. Então, fica dado o recado a você, Major Rodrigo da Costa. Senhor Presidente, muitas cidades do interior estão ficando desassistidas na questão da Polícia Civil, delegacias. Cito como exemplo aí a região de Cascavel, cidades pequenas ao seu redor estão com delegacias fechadas, obrigando o deslocamento de vítimas, deslocarem-se 60, 70 até 100 quilômetros, o que está afastando as denúncias e aumenta a violência, em especial, gente, refiro-me aqui e até peço a atenção das nossas Deputadas, em especial a violência doméstica, pois as mulheres ameaçadas muitas vezes não podem se deslocar muito longe, por tanto tempo e deixam de fazer as denúncias, ficando à mercê desses agressores. O nosso Estado está abandonado, com um Secretário da Segurança que ninguém vê, que vive escondido atrás de uma cadeira, com um Delegado-Geral que se acha um semi-Deus, ninguém consegue chegar perto, não abre diálogo, e um Governador que faz jus a seu nome, vivendo entocado. Governador, saia da toca, acorde e enfrente as manifestações! Elas só existem porque você é um inútil, um incapaz de gerir este Estado. Você foi incapaz e não teve a hombridade de cumprir o que prometeu em campanha. Agora enfrente, saia da toca e enfrente como homem essas manifestações e não fique atrás de uma mesa dando ordens de agressão a esses policiais coirmãos e indo dar entrevista dizendo que é uma questão de briga sindical interna. Além de

tudo é um cinismo enorme falar isso aí! Da onde que aquilo ali era briga de sindicato? Era uma reivindicação de melhorias, de condições de salário! Hoje eu traria aqui uma grave denúncia sobre a Ferroeste, Sr. Presidente, mas isso vou trazer amanhã, porque é um assunto bem complexo. E vou esperar acabar o tempo, porque senão tenho que parar de falar e falar de novo... O senhor pode me dar mais um minuto, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O minuto está concedido... O Deputado Gilson, enquanto V.Ex.^a usava a tribuna, pediu *pela ordem*.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Está rolando o meu tempo aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O seu tempo será concedido, um minuto, sem problema.

DEPUTADO GILSON DE SOUZA (PL): Senhor Presidente, pedi uma questão de ordem porque precisamos, Presidente, manter aqui o respeito entre nós. A forma com que o Deputado Fruet se refere ao Governador do Estado, os adjetivos usados, ... (Por determinação do Presidente Ademar Traiano, com fulcro no inciso V do art. 167 do Regimento Interno, foram suprimidas do discurso algumas expressões proferidas em menção ao Governador do Estado.) ... assim como os termos utilizados em outros momentos pelos Deputados que usaram expressões desse nível e foram repreendidos aqui, Sr. Presidente. Então, gostaria que fossem retiradas essas expressões, esses adjetivos das notas taquigráficas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Quero, Deputado Fruet e Deputado Gilson, esta Presidência também não concorda com a forma como V.Ex.^a trata o Governador investido do cargo, com milhões de votos. Seja qualquer homem que esteja investido do cargo de Governador, tem que ser respeitado. É a vontade da população... Deputado Requião, Vossa Excelência com as engraçadinhas ou piadinhas, deve tomar um pouco de cuidado. Estou falando!

Estou aqui fazendo um aparte. Peço inclusive à nossa taquigrafia que retire... (Por determinação do Presidente Ademar Traiano, com fulcro no inciso V do art. 167 do Regimento Interno, foram suprimidas do discurso algumas expressões proferidas em menção ao Governador do Estado.) Não vamos permitir que um Parlamentar, que tem o direito do uso da palavra, mas é inconcebível esse tipo de tratamento. Como vou agir também na sequência em outras falas pejorativas que possam ser usadas aqui nesta tribuna. Vou lhe conceder um minuto ainda que lhe resta.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, respeito-o, mas acho que quem quer respeito tem que se dar ao respeito. Finalizando, Sr. Presidente. Um dia feliz para quem trabalha pelo respeito e o dinheiro público, como é o meu caso. E que o Ministério Público irá investigar a venda da Copel Telecom, o uso de recurso da venda para pagamentos de dividendos, que tanto alertei nesta Casa, bem como o conflito de interesse pela nomeação dos diretores. Mas agendarei com o Promotor Público para levar a documentação que temos, pois não foram apenas dois diretores. O mais grave foi o Presidente que coordenou a venda da Telecom, que ganhou um cargo de Presidente da nova empresa, agora privatizada. Então, o Ratinho Junior, não sei se posso falar Ratinho Junior... Posso falar Ratinho Junior?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Esse nome Ratinho Junior é conhecido no Paraná...

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Pois é, mas é diminutivo de rato. Então, tudo bem, Ratinho Junior. Equipe que gosta de fazer coisas erradas, atenção, o Ministério Público às vezes demora, mas uma hora ele vem. Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO TIÃO MEDEIROS (PP): Presidente, *pela ordem*. Se o senhor me permitir, gostaria de fazer um breve agradecimento e aproveitar a oportunidade. Presidente? Ouve-me, Presidente? Agora, sim. Então, Presidente, apenas fazer um breve agradecimento. Penso que o som ainda está baixo, mas já é possível, já

é compreensível. Fiquei fora da Assembleia na semana passada, por conta de um Covid, ao final dessa pandemia, mas ainda fui alcançado pela Covid. Recebi inúmeras mensagens de preocupação, de pronta recuperação, desejando melhorias, inclusive de Vossa Excelência. Quero registrar publicamente, do Deputado Romanelli, de pessoas que tenho um grande carinho, do Deputado Guerra, do Deputado Bazana. Então, agradecer de maneira muito especial o carinho dos colegas que se preocuparam em saber como é que eu tinha passado. Então, de maneira muito especial quero registrar o meu abraço a cada um de vocês. Também agradecer o fato de ter sido conduzido, Presidente, à Liderança do Progressistas. Agradecer a confiança dos Deputados que migraram para essa legenda, assim como eu, o Deputado Guto Silva, o meu amigo Deputado Galo, mas agradecer de maneira muito especial à Deputada Maria Victória, ao Deputado Luiz Carlos Martins, enfim, a toda a Bancada que agora que compõe o Progressistas. Então, era o registro, Sr. Presidente. Agradeço a oportunidade.

DEPUTADO DELEGADO FERNANDO MARTINS (REP): *Pela ordem, Sr. Presidente.* Delegado Fernando.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem,* Delegado Fernando.

DEPUTADO DELEGADO FERNANDO MARTINS (REP): Presidente, colegas Deputados. Gostaria só de lembrar que no último sábado, dia 9 de abril, fez um ano do falecimento do nosso sempre Deputado Delegado Recalcatti. Perda para o Paraná, uma grande perda para esta Casa. Então, gostaria de fazer essa lembrança e essa homenagem ao nosso sempre Deputado Estadual Delegado Recalcatti. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Muito bom o registro do Deputado Delegado Fernando. Deputado Homero, por favor.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, S.^o Deputados, público que nos assiste, boa tarde. Em 2020, por unanimidade de votos, esta

Assembleia aprovou um Projeto de Lei que se tornaria na Lei n.º 20.221, que obriga aqui no Estado do Paraná publicação pormenorizada das verbas remuneratórias recebidas por todos os servidores públicos do Paraná. Isso já existia de certa forma no Estado, mas havia algumas brechas, especialmente em relação a uma verba, que é o pagamento do chamado jetons, que são aquelas verbas pagas para conselheiros de empresas estatais ou órgãos estaduais, para participarem de reuniões de conselhos dessas entidades. Essas pessoas que são remuneradas por RPA e recebem ali um valor mensalmente. A lei entrou em vigor obrigando a publicação desses valores, mas infelizmente até agora apenas alguns conselhos, aqui no Paraná, de estatais e órgãos estaduais estão publicando. Para demonstrar quais conselhos estão cumprindo a lei e quais não estão, fizemos e subimos no nosso site homeromarchese.com.br, o Portal dos Jetons do Paraná, que o interessado pode acessar e verificar quem são todos os conselheiros estatais e de órgãos públicos que recebem jetons, quais são seus nomes e se os valores que eles recebem estão nominados ou não. Por enquanto, tem cumprido a lei à risca apenas a Celepar, a Cohapar, a Ferroeste, o ParanáPrevidência e o Conselho de Contribuintes da Secretaria da Fazenda. Não estão cumprindo total ou parcialmente a lei a APPA, o Detran, a Ceasa, o Codapar, a Compagas Copel, a Fomento Paraná, o DER, a Sanepar, a Secretaria de Comunicação, a Secretaria da Educação, a Secretaria da Infraestrutura, a Secretaria da Segurança e o Tecpar. Já oficiamos esses órgãos e essas entidades para cumprirem a lei por mais de uma vez e não nos resta outra medida a não ser ajuizar uma ação judicial, que faremos nos próximos meses. Lembrando que, em alguns casos, algumas entidades alegam que não são obrigadas por lei a cumprir essa regra, mas isso deveria ter sido disposto em um decreto pelo Governador do Estado, que até agora não aconteceu. Então, acredito que essas informações são de interesse público. A população que paga essa conta tem o direito de saber exatamente quem e quanto está recebendo. Isso, afinal de contas, é matéria de lei estadual, portanto, precisa ser cumprida. O segundo assunto também tem a ver com função de fiscalização. Em junho de 2021, portanto, há quase um ano, oficiamos o Ministério Público aqui no Estado para requerer informações sobre eventuais

medidas adotadas em relação a irregularidades confessadas por representantes ou prepostos da Televisão Icaraí Ltda., em um acordo de leniência que fez com o Ministério Público Estadual e com o Ministério Público Federal, em agosto de 2020. Portanto, isso aconteceu há quase dois anos esse acordo de leniência. Como resposta, no ano passado, recebi um ofício assinado pelo Promotor Gustavo Henrique Rocha de Macedo, que dizia que os termos do acordo permaneceriam sigilosos até o ajuizamento de medidas cautelares, denúncias e ou ações cíveis. Em 2022, estamos em abril de 2022, muita coisa aconteceu e até agora não sabemos, exatamente, qual foi o fim que o Ministério Público deu a esse acordo de leniência. Temos certeza de que dois anos depois muito provavelmente já é tempo suficiente para adotar medidas como quebra de sigilo bancário, telefônico, busca e apreensão, ajuizamento de medidas judiciais ou, caso os envolvidos forem considerados inocentes, o arquivamento do inquérito. Então, estamos renovando esse ofício, estamos mandando para o Procurador-Geral do Ministério Público, estamos mandando também para Promotores de 1º. Grau da Promotoria do Patrimônio Público e da Promotoria Criminal e também estamos enviando para a Promotoria junto à Justiça Eleitoral, caso eventualmente os autos tenham sido encaminhados para a Justiça Eleitoral. Em breve teremos a resposta e poderemos comunicar a toda à sociedade paranaense. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próxima oradora, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos que acompanham a nossa Sessão, de maneira especial pela *TV Assembleia*. Faço uso desse espaço para inicialmente parabenizar o Deputado Tadeu pela iniciativa de trazer aqui o Sindicato dos Jornalistas do nosso Estado do Paraná, que nos trouxe aqui informações de grande relevância com relação à violência sofrida pelos jornalistas. Acredito que todos nós, pode ser que alguns dos Deputados já tivessem conhecimento, mas acredito que para a maioria dos Deputados que aqui estão foi novidade saber do

tamanho dos números aqui apresentados, pela jornalista Aline, dos números apresentados da violência sofrida, então, pelos jornalistas. Também parabenizar o Presidente Célio pela explanação que nos trouxe. Dizer que na semana passada, no dia 7 de abril, que também comemoramos o *Dia Nacional da Saúde*, que também é o *Dia do Jornalista*. Então, quero aproveitar para parabenizar todos os jornalistas desta Casa, todos os jornalistas que acompanham sempre as Sessões e que levam toda a informação ao povo paranaense dos trabalhos que esta Casa realiza. Com a preocupação, olhando o Dia do Jornalista, olhando a violência que é sofrida pelos jornalistas, que fiz uma reflexão da importância de debatermos esse tema. Por isso que apresentei nesta Casa, neste dia, e deixo aberto para qualquer Deputado ou os Deputados que tiverem interesse em assinar comigo esse Projeto, que é um Projeto que cria a semana de conscientização sobre a importância da liberdade de imprensa para a democracia. Esse Projeto prevê que tenhamos uma semana de conscientização e que essa semana aconteça na primeira semana do mês de abril para que possamos aqui durante essa semana não só fazermos a reflexão sobre a violência que ocorre, mas também da importância do trabalho da imprensa, para que possamos, por meio desse Projeto, nessa semana, termos nas escolas, nas universidades, termos palestras, seminários, rodas de conversa para que possamos abordar os vários assuntos e a importância que tem para a nossa formação e informação, a importância que tem a imprensa para a nossa formação e informação. Então, por isso protocolei nesta Casa, neste dia, é um Projeto que espero poder ter a compreensão e a aprovação de todos os Parlamentares, mas mais uma vez deixo também o convite a todos que queiram assinar comigo esse Projeto e aí, sim, instituirmos, então, a Semana de Conscientização sobre a importância da liberdade da imprensa para a democracia. Sabemos que a mudança desse comportamento e a coibição dessa violência são de responsabilidade principalmente dos poderes públicos que zelam pela garantia do Estado democrático de direito. Então, por isso temos, sim, essa responsabilidade também de lutarmos pela liberdade de imprensa, mas também de falarmos aqui e fazermos essa reflexão da importância que ela tem no nosso dia a dia e não aceitarmos qualquer tipo de violência, como vimos aqui a questão

da agressão sofrida, agressões físicas, agressões verbais, a violência também física, violência moral, violência sexual, que também foi abordado aqui, e que passam os nossos jornalistas. Então, somos contra isso e acredito que precisamos, sim, implementarmos ações que visam coibir ações como essa de violência contra os nossos jornalistas, e, assim, enaltecer esse papel importante que tem a imprensa de levar a formação e a informação a todas as pessoas, e de maneira especial falarmos aqui do nosso Estado paranaense. Também quero abordar nesta tarde um assunto que o Deputado Michele Caputo já abordou há alguns dias que é com relação ao momento que estamos vivendo no Estado do Paraná, um momento bastante crítico, Deputado Michele, que é a questão da dengue que está no nosso Estado. Podemos já dizer que é uma epidemia que está acontecendo no nosso Estado, e dizer também que no sudoeste do Paraná... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada, um minuto para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Para concluir, Sr. Presidente, dizer que no Estado do Paraná os números registrados de dengue estão sendo alarmantes, são muitas as pessoas que estão contraindo a dengue, e o Estado precisa, sim, tomar uma atitude, uma ação maior para que possamos vencer o mosquito da dengue, vencer essa doença. Sabemos que hoje, no dia de hoje, Presidente Traiano, o município de Pato Branco já está decretando estado de calamidade pelos casos da dengue, e assim também é o município de Francisco Beltrão que está com números altíssimos de confirmação de casos da dengue, e assim também tem sido no nosso Estado do Paraná. Então, é importante que o Secretário da Saúde realmente tome uma atitude maior, que possamos realmente fazer esse enfrentamento. Sabemos que depende também muito de todos os cidadãos paranaenses, porque sabemos que temos que coibir o mosquito, ou seja, fazer esse enfrentamento na verdade ao mosquito, precisamos ir diretamente ao foco... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Quer concluir, Deputada? Rapidinho.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Só para concluir, Sr. Presidente. Precisamos fazer, sim, eliminar os focos do mosquito da dengue. Então, por isso é uma ação de todos, mas principalmente da Secretaria da Saúde do nosso Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados e Deputadas, queria fazer um apelo novamente, em nome da Mesa Executiva e com base no nosso Regimento Interno, art. 269, §7.º: “Tratar com respeito e independência os colegas, as autoridades, os servidores da Casa e os cidadãos com os quais mantenha contato no exercício da atividade parlamentar, não prescindindo de igual tratamento”. Temos percebido aqui nos discursos feitos na tribuna alguns Deputados se excedendo na forma como fazem as tratativas a ex-autoridades, enfim, aos próprios colegas Deputados. Quero fazer uma reprimenda aqui, acabei não fazendo na fala do Coronel Lee, até conversei com o Coronel Lee na última sexta-feira sobre a sua última fala aqui na quarta, quando ele usa a tribuna falando do ex-presidiário, enfim, criminoso. Bom, a Justiça absolveu o Ex-Presidente Lula, então, portanto, não podemos aqui, principalmente nesta Casa, fazer com que o respeito a uma decisão da Justiça seja descumprido. Então, não apenas ao Coronel Lee, faço este apelo a todos os Deputados, que tenhamos prudência nas colocações, como aconteceu hoje também na fala do meu amigo Fruet, a quem tenho o maior respeito, para o próprio Coronel Lee, Deputado Requião, V.Ex.^a no passado levantou um questionamento e pretendia fazer alteração do Regimento Interno, que os Deputados fossem chamados de senhor, prevaleceu V.Ex.^a, o Coronel Lee o chamou o tempo todo de senhor. Também faço aqui essa recomendação para que venhamos a cumprir religiosamente o nosso Regimento Interno, sob pena de descambar a Casa e acho que não é isso que todos desejamos. Então, faço essa fala para pedir a compreensão de todos, não importa a cor, o Partido que esteja qualquer cidadão que ocupe um cargo público, investido principalmente em um processo eleitoral, ele tem legitimidade

para ocupar. Portanto, acho que o tratamento tem que ser respeitoso a essa pessoa que esteja investida do cargo. Então, peço a compreensão a vocês para fazer essa fala e tenho certeza de que todos compreenderão e que a partir de agora tomemos essas cautelas. Ok? Vamos lá. Deputada Cristina Silvestri.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, mais uma vez ocupo esta tribuna para falar sobre o problema que afeta diretamente a maior vocação do nosso Estado, que é o agronegócio. Há dois anos fui à Secretaria da Infraestrutura pedir providência sobre a PR-170, que é uma estrada de escoamento de safra, onde passam milhares de toneladas de grãos, de animais, de madeira, e que essa estrada estava precisando de uma recuperação com acostamento e sinalização. Muito bem, foi feito o recapeamento dessa estrada, mas não foi terminado, não foi passada a capa, então ela é cheia de desníveis, fazendo aquaplanagem, sem acostamento, sem sinalização, e assim continua. Fui procurar o ano passado novamente a Secretaria da Infraestrutura pedindo providências, porque está muito perigoso, inclusive há três anos perdemos uma prima com trinta e poucos anos e que deixou uma filha por falta de guardarreios, porque ela caiu exatamente em uma curva, onde derrapou em um caminhão de soja que tinha capotado e ela passou reto, e veio a falecer na hora. Desde lá até agora que venho pedindo esse guardarreios, que venho pedindo essa sinalização. Não foi feito. O ano passado fui até a Secretaria, porque a Cooperativa Agrária, onde passa essa PR, que é da 277, passa por Guarapuava, Colônia Entre Rios, onde temos a maior cooperativa, uma das maiores da América Latina, onde passa Pinhão, Reserva, Bituruna, enfim, ao sudoeste do Estado, a importância dessa rodovia. E este ano, começo do ano, é ter uma grande festa, como teve, dos 70 anos da Cooperativa Agrária. E eles precisavam, como todos os agricultores que passam por aquela rodovia, que fosse sinalizada, recapeada, dando segurança a todo esse volume enorme de carga que passa por ali. Prometeram-me na hora, tudo certo, que no dia da festa iríamos comemorar, que estaria toda sinalizada, que estava só esperando uma licitação, que viria em agosto e que, até outubro, estaria toda sinalizada essa PR-170, para essa grande festa que reuniria todas as autoridades do Paraná, do Brasil. Viria gente da

Alemanha, da Áustria, da Suíça. E expliquei ao nosso Secretário a importância de termos essa rodovia já sinalizada, em ordem. Bom, enfim, estamos esperando até hoje essa sinalização. Então, hoje quero me solidarizar e me incluir, junto ao Sindicato Rural de Guarapuava, que, cansado de tanta espera, de tanta promessa, fez um abaixo-assinado pedindo urgência na recuperação dessa PR, na sinalização dessa PR, evitando tantos prejuízos àquela que é a nossa maior vocação, que é a agricultura. As vidas que são ceifadas toda semana nessa estrada. Então, quero aqui parabenizar o Sindicato Rural, somar-me a eles e pedir ao Governo do Estado que tome providência urgente sobre essa PR-170. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pela Liderança do PL, Deputado Ricardo Arruda.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Ricardo Arruda (PL); Professor Lemos (PT); Artagão Junior (PSD); Marcel Micheletto (Governo); e Arilson Chiorato (Oposição).

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputados, Deputadas, a todos que nos acompanham aqui pela *TV Assembleia* e demais mídias. Bom, hoje votaremos a redação final do Projeto do PL n.^º 655/2021, que proíbe passaporte sanitário em todo o Estado do Paraná. Dá para aumentar um pouquinho o som, Presidente? Está muito baixo o som aqui. Vocês não me boicotem, por favor, gente. Bom, Projeto esse, hoje falei com o Governador, ele estará aguardando para sancionar essa lei importante que vai devolver a liberdade a toda população paranaense. Sempre joguei, bati contra essa obrigatoriedade da vacina, porém disse aqui, repito, que nunca fui contra a vacina. Não, de jeito nenhum. Até porque a vacina foi criada, essa vacina do Covid experimental, emergencial, para diminuir ou parar com as mortes, principalmente, das pessoas idosas. Foi esse o objetivo dessa vacina. Não me vacinei porque meu médico me orientou, após pegar Covid, e me curar, ele falou: *Você já está imune, não necessita de vacina, porque a imunidade natural é muito superior e*

mais duradoura do que a imunidade da vacina. Hoje já está comprovado. Ouvi hoje uma fala do Dr. Zeballos mostrando as pesquisas, os resultados que deram comprovando isso e até tendo a confirmação dos próprios fabricantes da vacina. Vi também que a vacina Pfizer, foi publicado um estudo de Israel, que a quarta dose da vacina Pfizer, realmente, diminui a infecção, porém ela dura apenas quatro semanas. Gente, isso não é uma vacina. Você vai tomar uma a cada mês? Não, não tem cabimento. Por isso que ela é emergencial ainda e experimental. Abri a fala falando disso, porque vou falar aqui da minha indignação. Essa briga que venho enfrentando aqui com certos Promotores que se acham médicos ou se julgam Deputados, porque ficam exigindo dos pais a vacinação em crianças. Tiveram uma reunião já com o Procurador-Geral, Dr. Giacoia, como sempre supereducado conosco, falei na reunião, ele vai lembrar disso, que falei: *Dr. Giacoia, esse promotores estão envolvendo o Ministério Público.* Se esse terrorismo que eles estão fazendo com os pais, mandando ofício para os colégios e dizendo que o pai que não vacinar será denunciado no Conselho Tutelar, podendo perder a guarda do filho ou ser multado, que isso poderia acabar mal, porque se um pai, que não quer vacinar, vacinar o filho e a criança vier a ter um efeito adverso, complicado ou vier a óbito, vai manchar o Ministério Público. Exatamente o que aconteceu em Londrina. Exatamente. Falei com os pais da Isabela, uma criança, uma menina sadia, sem nenhuma comorbidade, zero, saúde perfeita. Os pais não queriam vacinar a criança. Aí a criança chegou, olha o que fizeram, pegaram a criança, a diretoria da escola, falaram: *Olha, se você não for vacinada, os seus pais serão denunciados no Conselho Tutelar, conforme aí orientado pelo Ministério Público e você pode perder os seus pais.* A criança chegou apavorada em casa e pediu ao pai que liberasse ela para vacinar. Ela foi vacinada no dia 4 de abril. No dia 8 de abril começou com forte dor de cabeça e veio a óbito. Quatro dias após a vacina. Aí alguém pode falar, tem comprovação de que foi a vacina? Não, porque demora quatro meses para sair o laudo. Porém vários pediatras, não só do Brasil, do mundo, e vários médicos que estão na linha de frente da Covid dizem: *Não vacinem crianças e jovens saudáveis. A chance de um deles morrer por Covid é 99,9% de não morrer, quer dizer.* Então, é mínima a

possibilidade de um jovem saudável, uma criança morrer de Covid e, mesmo assim, esses Promotores irresponsáveis, principalmente, os de Londrina, são três Promotoras, vou dizer o nome aqui: Dr.^a Suzana Lacerda, Dr.^a Joselaine Andrade Cesar e Dr.^a Révia de Paula Luna. As senhoras que fizeram o ofício aos colégios, obrigando a vacinação, aterrorizando os pais e agora o que as senhoras vão fazer agora? Vocês deveriam, sim, ser processadas por crime, porque não são médicas. Vocês não têm autoridade nenhuma para exigir nada em relação à vacina da Covid, porque não existe lei que obrigue ou um adulto ou uma criança a ser vacinada. Vocês estão querendo inventar uma lei, vocês não são Parlamentares. Vocês estão querendo ocupar lugar de médicos e não são médicos. Vocês, realmente, têm o meu repúdio e de toda a sociedade de Londrina e do Paraná. Como ficam esses pais agora? Essa dor vai ficar para sempre. E o pai não queria vacinar a filha. E a filha foi amedrontada no colégio. Já falei com o Secretário da Educação, Renato Feder, hoje pela manhã, ele não sabia do caso ainda. A grande mídia não divulga nada a respeito dos efeitos colaterais da vacina e nem das mortes que causam a vacina. Deveriam dizer sim. A vacina ajudou? Ajudou. A vacina levou pessoas a terem miocardite, pericardite, AVC? Sim. Levou a óbito? Sim. A população tem que saber da verdade. O lado bom e o lado ruim. Aí ela pode avaliar se tem necessidade ou não de se vacinar. Se o filho, ou a criança, o jovem tem risco ou não de pegar a Covid e vir a óbito ou de ter um efeito adverso com a vacina. Vocês da grande imprensa não estão dando oportunidade de a população se informar direito. Vocês, por questões ideológicas, ficam jogando contra o povo, a grande mídia foi a grande genocida nessa pandemia da Covid: jogou contra o tratamento imediato, aterrorizou o povo para não tomar remédio! Por quê? Porque a “big farma”, óbvio, financiou muito vocês, como financiou médicos e políticos. Aí ninguém queria tratar: não, vamos deixar morrer que daí a única solução será a vacina. Foi uma grande mentira isso. A verdade está aparecendo, pena que a maioria não se informa, nem nesta Casa, nem fora, dos relatórios, informações que vêm, que estão sendo feitas no mundo inteiro: Israel, Japão, Alemanha, Suécia. Ninguém quer saber de nada aqui. Aqui é o seguinte: vamos entrouxar a vacina em todo mundo. Essa quarta dose é uma piada! A

própria Pfizer já disse, está comprovado que essa vacina não dura nada. A vacinação foi importante? Foi importante, sim, mas obrigar crianças e jovens a vacinar, isso é um crime, e, pior, um crime que está sendo cometido pelos Promotores e o silêncio do Ministério Público! Vou me aprofundar nesse caso para que sirva de exemplo e que a população toda saiba o que aconteceu com essa criança, vítima de uma vacina, até que se prove o contrário, porque se nunca teve nada, tem oito anos de idade, não tinha comorbidades, uma saúde perfeita conforme os pais dizem e os professores sabiam também, como que toma uma vacina no dia 4 e no dia 8 vem a óbito? É inexplicável isso, gente, ou melhor, é muito bem explicável, muito bem explicável. Peço que esta Casa se manifeste. Esta Casa não pode se calar vendo essas barbaridades que estão acontecendo, com efeitos adversos de vacinas em crianças e jovens e ficar caladinho, aqui, esperando o quê? Se somos a voz do povo, vamos falar a verdade para o povo; vamos mostrar o lado bom e o lado ruim ou vamos fingir que nada está acontecendo? Ah, mas a maioria não teve efeito. Ótimo que não tenha, como a maioria das pessoas que pegaram Covid não tiveram problema nenhum. É igual! Dez a 15% que pegaram Covid tiveram problema e 3% vieram a óbito. E a vacina pelo jeito está sendo igual... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Essa vacina que teve o seu papel importante e no momento, agora, não é mais necessária, não temos mais uma pandemia em nosso País, como na maior parte do mundo. Todo mundo sabe disso! Por que continuam insistindo? Por que certos Promotores, não são todos, não, de repente é a minoria, esses Promotores são criminosos, irresponsáveis, não têm autoridade nenhuma para intimar pai e mãe a vacinar filho. Recolham-se em seus lugares, Promotores! Tenham vergonha na cara! E vocês, Promotoras de Londrina, vocês são responsáveis por essa morte, sim! E vou bater forte nisso aqui até... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Seu tempo encerrou, Deputado. Deputado, não estou lhe chamando a atenção, não estou entendendo sua reação em relação... Não estou rindo, apenas lhe disse que seu tempo acabou! Deputado, V.Ex.^a, por favor, acho que está na hora de ter um pouquinho de bom senso. *Pela ordem*, Deputado Adelino.

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSD): Até escutamos todo o depoimento do Deputado, agora, colocar *pito* nos Deputados aqui também é uma falta de respeito conosco. Nós o escutamos, entendemos, cada um tem o seu lado aqui que defende. Votamos na lei que ele falou que era importante. Falar que a vacina não vale nada, depois se contradiz no final de novo? Acho que um pouco é nos chamar também de otário!

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): *Pela ordem*, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Não falei que a vacina... ou o Deputado Adelino está com problema de audição! Falei que respeito e não sou contra a vacina, não falei que não vale nada. Falei que no momento atual, que todo mundo foi vacinado, não há necessidade de outras doses. Peço ao Deputado Adelino que se informe com bons médicos e leia um pouquinho a respeito do que está acontecendo em nosso Paraná e no Brasil inteiro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não vou polemizar. Peço simplesmente, mais uma vez, para que nos mantenhamos calmos nas nossas falas, Deputados. Por favor! Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Deputadas, quero cumprimentá-los ao tempo que cumprimento a nossa população que acompanha a Sessão desta segunda-feira. Quero aqui, Sr. Presidente, tratar de um tema importante que é a reforma agrária. Reforma agrária ela é importante

para o Paraná, para o Brasil, importante para o mundo. Os mais variados países tidos como países desenvolvidos fizeram a reforma agrária, sem sacrificar nenhuma vida. No Brasil, temos o Estatuto da Terra, que é de 1964, a nossa Constituição é de 1988. Tanto o estatuto da terra quanto a Constituição Brasileira determinam que as terras que não cumprem a função social, que é produzir alimentos, devem ser colocadas à disposição para fazer assentamentos da reforma agrária. E aí, no Paraná, dos 19 milhões de alqueires que temos no Paraná, 2 milhões de alqueires são terras da União, são terras públicas. Ocorre que essas terras foram griladas, esses 2 milhões de alqueires poderiam assentar muitas famílias sem nenhum conflito. E aí alguns fazendeiros se ocuparam, alguns fazendeiros ocuparam essas terras, indevidamente. É o caso da Fazenda Rio das Cobras, que tem 63 mil hectares no município de Quedas do Iguaçu e no município de Rio Bonito do Iguaçu. Vejam que no dia 26 de maio de 2015, a Juíza Federal Lilia Cortes de Carvalho Martino, da 1.^a Vara Federal de Cascavel, anulou o título dessa fazenda. Não foi ela que anulou, ela atestou que o título é nulo, que essa fazenda de 53 mil hectares que a Araupel se diz dona, não pertence à Araupel, pertence à União. E aí, sabendo disso, não é que teve uma ação irresponsável de levar a polícia lá para dentro do acampamento Dom Tomaz Balduíno, em 2016. E lá foram assassinados dois trabalhadores: o Vilmar Bordin, com 44 anos de idade, e o Leonir Orback, com 25 anos de idade, e não morreu mais porque conseguiram fugir mato adentro, levando tiros inclusive pelas costas, mas não morreram. E os dois que morreram foram baleados pelas costas. Não houve confronto nenhum, desarmados, foram massacrados. E isso está errado. A Justiça Federal já tinha atestado que a fazenda não pertence à Araupel, que aquelas 63 mil hectares pertencem à União. O Estatuto da Terra de 64, construído inclusive no Regime Militar, a Constituição de 88, determinam que terras assim no Brasil têm que ser colocadas à disposição do Incra para a reforma agrária. E o Incra reclamou na Justiça essa fazenda, e a Justiça determinou que é da União para fazer reforma agrária. Por que em 2016, um ano depois, vai a Polícia lá para matar sem-terra? Para matar quem está ocupando a área que pertence à União? E aí é em 2017, no dia 8 de abril de 2017, a 3.^a Turma do TRF4, que é o Tribunal

Regional Federal da 4.^a Região, que fica em Porto Alegre, por unanimidade, manteve a decisão de primeira instância dizendo que é nulo, sim, esse título, porque essa área pertence à União e tem que ser colocada à disposição do Incra para a reforma agrária. O Incra foi lá e já fez pré-assentamentos, tem quatro pré-assentamentos nessa área. Precisa evoluir para assentamento. Por que razão, Deputado Coronel Lee, V.Ex.^a fala com orgulho de a Polícia ter matado trabalhadores rurais sem-terra, naquela ocasião, se já tinha uma decisão da Justiça dizendo que a área é da União e tem que ser destinada à reforma agrária? Na sequência, o TRF4, por unanimidade, a 3.^a Turma manteve a nulidade e condenou a Araupel, inclusive, a indenizar a União por usar por mais de 40 anos aquela área porque foi grilada. Então, aqui, quando V.Ex.^a fez a fala na semana passada, Coronel Lee, V.Ex.^a acaba confirmando um crime, um massacre, e isso precisa ser devidamente investigado e os responsáveis devidamente punidos. Não podemos concordar com isso. Está fora dos marcos da nossa legislação, contraria a Constituição, contraria o Estatuto da Terra, contraria o Código Penal Brasileiro. Então, quero dizer que a exemplo desta fazenda, tem tantas outras no Paraná. Eu disse aqui: o Paraná tem 19 milhões de alqueires de terra, 2 milhões estão grilados e pertencem à União e precisam ser devolvidos à União para que o Incra possa transformar em assentamentos da reforma agrária. E os assentamentos que temos são mais de 330 assentamentos no Paraná, consolidados, como assentamentos que temos em Cascavel, assentamentos que temos em Lindoeste, que temos em Santa Tereza, que temos em mais de 200 municípios do Paraná. Tem municípios que os assentamentos deram força para se tornar municípios, como é o Lindoeste, Lindoeste não era município, era um distrito de Cascavel. Os assentamentos fortaleceram o comércio, fortaleceram o município e permitiram a emancipação. Também Santa Tereza do Oeste, os dois assentamentos que tem. Você chega a Congonhinhas tem cinco assentamentos. Você chega, por exemplo, em Tamarana, tem 11 assentamentos, em Goioxim tem 11 assentamentos, em Rio Bonito do Iguaçu tem três assentamentos, mais de 2 mil famílias produzindo, fortalecendo o município. O maior assentamento da reforma agrária, hoje, encontra-se em Quedas do Iguaçu, com 1.092 lotes, mas tem mais 1.500 famílias

que moram naquele assentamento. Então, dizer que o MST, esse movimento que nasceu em 84, na cidade de Cascavel, é um movimento abençoado, que tem cobrado o Governo para cumprir com o seu dever de fazer a reforma agrária no Brasil. Muitos assentamentos foram feitos no Brasil, mais de 330 assentamentos no Paraná, com cooperativas, com associação de agricultores, com agroindústria, gerando riqueza, gerando emprego, gerando renda no nosso Estado, fortalecendo as regiões, as mais diversas regiões, fortalecendo... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, por favor, um minuto para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para concluir. O MST faz sempre, em abril, o chamado *Abril Vermelho*, e amanhã estará em Curitiba, ao lado também de lideranças da cidade, que são sem-teto que precisam de moradia, que não têm um pedacinho de terra na cidade para construir uma casa. Então, ao lado dos sem-terra, teremos também os sem-teto neste *Abril Vermelho*. Uma marcha que vem para Curitiba para cobrar, mais uma vez, justiça a quem precisa de teto, a quem precisa de terra para poder trabalhar e viver com dignidade. Quero aqui parabenizar o MST, parabenizar os movimentos de luta por moradia. Viva a reforma agrária!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa do Vice-Prefeito de Florestópolis, Sr. Davi Aparecido de Carvalho, e do Vereador Edson Carvalho, por solicitação do Deputado Alexandre Curi; e do Prefeito de Nova Cantu, Sr. Airton Agnolin, por solicitação do Deputado Artagão Junior. Próximo orador, Deputado Artagão Junior.

DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR (PSD): Senhor Presidente, Sr.^o Deputados, Sr.^{as} Deputadas, amigos da imprensa. Cumprimentando aqui o Prefeito Airton Agnolin de Nova Cantu, cumprimento todos os Prefeitos e Prefeitas do Paraná. Deputado Marcel Micheletto, prazer em tê-lo na Coordenação e Liderança da nossa Bancada. Presidente, hoje quero falar de um assunto sério, um assunto sério que alcança a cada um de nós e a todos os paranaenses. Quero falar de algo que

impacta diretamente a vida das pessoas, de forma especial aqui em Curitiba, mas que tem reflexo em todo o Estado. Quero falar de alguma coisa que está evidente aos olhos da maioria, Coronel, mas que parece que ninguém toma atitude, ninguém faz nada. Quero falar de um assunto que provoca na economia paranaense, na economia da casa de cada cidadão e cidadã um reflexo, um impacto negativo e que parece que está passando despercebido. Deputado Homero, V.Ex.^a que é um estudioso, sem dúvida alguma vai parar e refletir sobre o tema que hoje quero conversar com esta Casa e com a população paranaense. Tenho constatado, há algumas semanas, algo que não consegui encontrar explicação ainda. Estou falando aqui, Presidente Traiano, dos combustíveis. Estou falando aqui da gasolina, do álcool, do óleo *diesel*. Estou falando aqui do preço cobrado em Curitiba e do preço cobrado no interior, Deputado Tadeu. Hoje, se você rodar aqui, Deputado, nos postos de Curitiba, você não vai pagar a gasolina por menos R\$ 7,25, R\$ 7,29 ou R\$ 7,39, a gasolina comum. A gasolina comum. Agora, curioso, você vai a Londrina, você vai a Maringá, você vai a Nova Cantu, você vai a Guarapuava, você vai a municípios a 200, 300, 400 quilômetros daqui e a gasolina está mais barata do que na capital. E o que é mais curioso, a gasolina, o óleo *diesel*, o álcool muitas vezes está saindo aqui de Araucária, tendo frete, tendo quilômetros de distância e está chegando mais barato no interior do que em Curitiba. Delegado Fernando, redes de postos com postos em Curitiba e postos no interior vendem aqui a R\$ 7,39 e lá a R\$ 6,69, R\$ 6,79! Como pode uma mesma rede, um mesmo grupo, um mesmo dono, tendo um custo maior do frete, vender mais barato no interior do que se vende aqui na capital? Deputado Adriano, Deputado Estacho, que prestam atenção, gostaria que ficassem aí, posicionados do jeito que estão, concentrados no meu discurso, V.Ex.^a sabe muito bem da importância deste tema, sabe muito bem porque é um defensor da sociedade paranaense, sabe muito bem porque isso impacta na vida das pessoas, que você, eu e todos temos a responsabilidade de cuidar. Sabe muito bem que só existe uma palavra para justificar o que está acontecendo aqui em Curitiba, que deve ser o acordo entre aqueles que têm a capacidade da venda do combustível. Hoje de manhã, Deputado Marcel, estive visitando o Secretário Rogério Carboni,

Secretário da Justiça, Trabalho, Direitos Humanos, Família e Ação Social, a Sejuf, primeiro desejando a ele sucesso, dando as boas-vindas, e também pedindo para que o Secretário conversasse com a Cláudia, que é a nossa Diretora do Procon aqui de Curitiba, para que uma ação de fiscalização pudesse ser realizada de forma imediata, Deputado Nereu, naquilo que hoje não conseguimos entender e compreender. Postos do mesmo grupo, dos mesmos donos, que vendem em Curitiba a R\$ 7,39, a R\$ 7,49 ou R\$ 7,29, vendem em Guarapuava, em Maringá, no Turvo, no Pinhão, em Nova Cantu mais barato! E o frete, que aumenta o custo?

Deputado Delegado Jacovós (PL): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR (PSD): Um aparte, Deputado Jacovós.

Deputado Delegado Jacovós (PL): Deputado Artagão, quero parabenizá-lo por abordar este tema, que é um tema que realmente aflige toda a sociedade paranaense. E o que o senhor citou aí é crime previsto na nossa legislação tributária, formação de cartel é crime. Queria sugerir inclusive ao senhor para elaborar um Requerimento de uma CPI para investigarmos cartéis aqui no Paraná, e sou o primeiro a assinar com V.Ex.^a. Parabéns por abordar este tema.

DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR (PSD): Muito obrigado, Deputado. Vossa Excelência é um conhecedor, é um delegado, conhece as leis, conhece este tipo de crime, mas o que não podemos é conhecer e não falar; o que não podemos é conhecer e não reagir; o que não podemos é deixar de defender aqueles que mais precisam da nossa voz, da nossa força, da nossa luta, da nossa garra, da nossa coragem. Não é um assunto simples, tem gente até que tem medo, porque já ouvimos muitas histórias aí nessas discussões de combustível. Já escutamos, vimos e acompanhamos pessoas que chegaram a perder a vida por conta de coisas que envolvem este tipo de situação, mas como tenho guardado comigo, Deputado Guerra, se não for para me manifestar em uma situação como esta, que me incomoda e me incomoda sendo eu um Deputado, sendo eu um advogado, sendo eu um empresário, sendo eu alguém que tem condições de pagar e continuar andando com a minha camionete, a minha esposa continua andando

com o carro dela, mas como faz a funcionária da minha casa, como faz aquele que trabalha no supermercado, que trabalha no açougue, que trabalha na panificadora, que trabalha no mercado, que precisa contar o dinheirinho no final do mês para fazer frente às despesas que existem, os custos de vida? Como pode a capital do Estado do Paraná, cuja distribuidora da Petrobras está aqui em Araucária, ter um preço de combustível mais caro do que o interior do Estado? Como se justifica isso, um mesmo grupo, donos de vários postos, em Curitiba e no interior, vender no interior mais barato do que na capital? Não existe justificativa. Por isso essa voz clama em nome da população paranaense, clama em nome do povo de Curitiba e pede ajuda ao Procon, à Secretaria da Justiça, ao Ministério Público ação e se necessário for, Deputado Jacovós, faremos, sim, um Requerimento, enfrentaremos, sim, essa discussão, porque esse tipo de situação não passará em branco aqui pela Assembleia Legislativa! Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela Liderança do Governo, Deputado Marcel Micheletto.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados e Deputadas, hoje é um dia acalorado aqui nos discursos na tribuna da Assembleia. Quero iniciar a minha fala com relação a um movimento muito importante que tivemos há poucos dias, principalmente aqui quero saudar os nossos Deputados da região de Londrina, vejo o Cobra, o Tercílio, o Tiago e alguns outros Deputados, com relação à nossa ExpoLondrina. Depois de dois anos, a exposição voltou, voltou com recorde de público, recorde de negociações, mostrando a pujança do nosso agro, mostrando a competência do setor produtivo. E aqui também fazer uma saudação muito especial à Sociedade Rural de Londrina, que organizou esse evento fantástico, mais de 500 mil visitantes em 10 dias, depois de dois anos suspenso pela pandemia. Os volumes negociados, centenas de milhões de reais de negociações de vendas e movimentações na área da pecuária e de equipamentos, maquinários, assinaturas de convênios com o próprio BRDE. Então, isso mostra o compromisso do agro no Estado do Paraná,

pela pujança de ser uma das grandes locomotivas econômicas do nosso Estado. A Exposição de Londrina mostrou o sucesso que foi e quero aqui parabenizar esse grande evento voltando com as atividades, voltando todo mundo em sociedade, a ExpoLondrina deu um resultado fantástico e o nosso Governo do Estado esteve participando, o nosso Governador esteve lá *in loco*, visitando as exposições, todas as nossas Secretarias que se colocaram à disposição também participaram ouvindo a sociedade londrinense. Quero aqui parabenizar essa grande exposição, a nossa 60.^a edição da ExpoLondrina, mostrando a força do agro que o Estado do Paraná tem. E quero aqui também dizer a todos que estão presentes que hoje de manhã tivemos um evento também importante do Detran, onde acompanhei o Presidente Traiano, outros Deputados estiveram conosco, e quero aqui parabenizar a atitude por meio do nosso Diretor-Geral, o Mesquita, com os seus colaboradores, de fazer o Detranzinho. O Governador também esteve lá, inaugurado hoje em Curitiba, um investimento pequeno até, menos de R\$ 1 milhão, mas a boa ideia, a criatividade que tivemos aqui do Detran, que será esparramado isso em todas as Ciretrans do Estado do Paraná para que possamos mostrar para os nossos pequenos, para as nossas crianças a importância da lei do trânsito. Acho que é uma ação que foi salutar, que vai trazer um resultado fantástico para o futuro do nosso povo paranaense, que são as nossas crianças. São minicidades onde as crianças poderão aprender na prática como funciona o dia a dia do trânsito, saberão desde cedo os direitos e os deveres dos motoristas, pedestres, ciclistas, motociclistas. Então, acho que na prática, ali, as nossas crianças vão entender melhor a logística das leis de trânsito. Isso será colocado em todas as grandes cidades, Ciretrans. Acho que o Governo do Estado, por meio do Detran, da nossa direção que temos do Mesquita, construir um ambiente importante, que será aberto a grupos de crianças e de escolas, que farão agendamentos e irão nesse local. Então, quero aqui parabenizar essa atitude do Detran ao fazer com que os nossos pequenos, as nossas crianças possam entender mais das leis de trânsito. Tenho certeza de que isso vai dar um resultado fantástico. Dizer também que tivemos hoje o Dia do Prefeito, da Prefeita. Eu que fui Prefeito também quero aqui saudar todos pelo seu dia. Cidadãos, cidadãs de

bem que querem sempre o bem de sua cidade, da sua localidade, quero aqui também desejar todo o sucesso pelo seu dia. Dizer, para finalizar, que fico impressionado de ver algumas ações e interpelações aqui dentro da nossa Casa. Fico até assustado, muitas vezes. Vejo aqui o Líder da Oposição, que pelo confronto das ideias, mas de forma radicalizada, com ódio e que acredito que não é prudente, não é salutar, aqui nesta Casa de Leis. Espero que todos tenhamos o espírito público, que possamos fazer aqui o confronto das ideias, sem radicalismo, sem ódio, tratando as pessoas com respeito. Então, ouvi a interpelação do nosso Presidente.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Deputado Marcel, permite-me um aparte?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Rapidamente.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Obrigado, pelo aparte. Só que aqui esquecer de falar, de agradecer a presença do nosso Presidente Jair Bolsonaro, na ExpoLondrina e no Santuário em Bandeirantes. Estava presente, é algo de arrepiar, é impressionante ver, Deputado Micheletto, o amor e o carinho que o povo tem por ele. Milhares e milhares de pessoas todas queriam, corriam, para tirar foto, para abraçar, para cumprimentar. É algo que nunca houve no Brasil, com um Presidente tão popular e tão humilde que atende ao povo. Ele nem foi ao coquetel que fizeram para ele na Casa Rural, nem entrou, foi direto cumprimentar o povo. Então, orgulho-me desse Presidente que temos aqui em nosso País. Muito obrigado.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): E mostra também, Arruda, essa grande relação que o Governo do Paraná está tendo com o Governo Federal. O prestígio ao trazer o Presidente da República na ExpoLondrina, de também passar no Santuário. Vejo a importância dessa relação institucional e que cada vez mais mostra que o Governo Federal acredita no nosso agronegócio, acredita no potencial dessa mola propulsora, que é o agro do Paraná e tem tratado isso com muito respeito.

Deputado Nelson Justus (UNIÃO): Vossa Excelência concede-me um aparte, Deputado?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Com certeza, Justus.

Deputado Nelson Justus (UNIÃO): Deputado Marcel, ouvi com muita atenção as suas palavras. Aliás, também ouvi a colocação do nosso Presidente Ademar Traiano. É muito importante que nós, que estamos aqui já há muitos anos na Casa, preservemos a nossa tribuna. O respeito que tem que haver entre nós, aqui, é vital, para democracia e para o bom andar desse período eleitoral. Não é possível que levemos questões pessoais a brincadeiras, a ofensas, a ameaças, a coisas que machuquem, até o desrespeito e o bom nível de educação que temos que ter nesta Casa. Achei muito prudente a colocação do nosso Presidente. Ele tem que manter a ordem, sim, e o respeito na tribuna e todos temos que cooperar. Vossa Excelência tem o dever de defender o seu Governador ou o nosso Governador, seja ele quem for, quando é ofendido pejorativamente. Temos também o dever de defender colocações bestas, brincadeiras bobas, que percebemos. Quem gosta de brincar que brinque, mas não na tribuna. A CCJ não se presta a brincadeiras, é a Comissão mais importante da Casa e não pode ser levada à brincadeira. Ela pode, sim, arranhar muitas vezes a Constituição, isso já aconteceu nos 32 anos que estou aqui nesta Casa, mas jamais usá-la para prejudicar alguém. Então, é importante que mantenhamos esse nível. É muito importante para nós, senão, vamos perder o respeito e a coisa não vai ficar boa. Então, o senhor tem a minha solidariedade no que diz respeito às ofensas que fizeram ao Governador, que o escolheu para Líder.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Concordo plenamente com Vossa Excelência. Acho que podemos fazer o contraditório, é de direito, é legítimo, mas de forma republicana e não pejorativa tentando diminuir um Governador que é muito educado, compromissado, que não tem ódio no seu coração e que não trata as pessoas com indiferença. Então, vejo que é de forma respeitosa... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcel, para concluir.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Precisamos continuar fazendo aqui na tribuna o contraditório. Então, quero agradecer imensamente o espaço que tenho. Parabenizar a ExpoLondrina. Parabenizar aqui hoje esse ato de cidadania do nosso Detran. Também aqui agradecer, dizer da minha gratidão por ter sido Prefeito. Hoje, Dia dos Prefeitos e das Prefeitas, também aqui a minha saudação. Muito obrigado, Presidente.

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Adelino.

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSD): Queria aproveitando a oportunidade do Marcel Micheletto, aqui, que falou sobre a Expo Londrina, parabenizar no dia 11, agora, de abril, hoje, que é feriado em Tapejara. Estive ontem na feira, vimos à importância que tem, aqui em uma discussão tão importante sobre a vacina, ao vermos 8 mil pessoas no sábado, ontem mais de 6 mil pessoas no local, a vida das pessoas voltando ao normal. Isso é importante para nós, cidadãos. Então, que queria parabenizar o município de Tapejara, que no dia de hoje faz 58 anos. Saúde a todos os moradores de Tapejara neste dia.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Com a palavra, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, boa tarde. Cumprimentando o senhor, cumprimento todos os Deputados e Deputadas. Acho também que devemos ao máximo tentar respeitar o próximo, o cargo que ele ocupou ou o cargo que ele deixou de ocupar, mas o ser humano, a pessoa. Na semana passada defendi aqui o Ex-Presidente Lula. Foi chamado de bêbado, *Nove Dedos*, sem-vergonha e ladrão, termos que não cabem aqui no Parlamento, coloquei na

minha fala. Acho que temos que respeitar ao máximo. Concordo com Vossa Excelência quando o respeito vale para todos. Então, todos aqueles que forem ofendidos a partir de agora, acho que a Mesa tem que tomar essa mesma medida, retirar das notas taquigráficas etc. Agora, tem coisas que teríamos que abordar mais vezes aqui. A realidade virtual e a vida real das pessoas. Um conto de fadas e a realidade do povo paranaense. Estou falando aqui dos números do Estado. Na última prestação de contas, o Secretário da Fazenda mais uma vez foi cobrado pela minha pessoa e por outros, sobre os dados dos beneficiários da renúncia fiscal, renúncia bilionária que ocorre no Paraná. Precisamos ter claro, aqui, que o Paraná abre mão de um orçamento a cada dois anos, três meses. Isso mesmo! A verdade no mandato do Governador Ratinho Junior é 1,8 orçamento a menos. Imaginem se no lugar de ter quatro orçamentos, ele tivesse 5.8 orçamentos. Mas o que acontece, na verdade, é que só no ano passado foram 114 dias de arrecadação do Estado, aberta a mão dessa finança. Quase quatro meses de arrecadação direcionada à megaempresários, mega sabe quais, quem e onde são esses empresários? Fiz uma conta básica, bem básica, 17,4 bi em renúncia de ICMS, 2 bi a mais de lucro repartido na Copel; 400 milhões, 0,4 bi a mais na Sanepar. Dezenove bilhões e 800 milhões de reais, de um orçamento destinado para o Executivo fiscal de 38 bilhões. Ou seja, para a educação, saúde, segurança, 38, renunciado no ano passado 20, mais da metade em renúncia, ou distribuição, para aquele povo lá de Los Angeles, Nova Iorque, de Berlim, de Londres, gente que não é do Paraná. Renúncia fiscal é um nome bonitinho, mas na vida real significa deixar de vir o dinheiro para o Estado investir em segurança pública para investir no bolsa magnata, significa na verdade menos dinheiro para aqueles que precisam e mais dinheiro para se pegar um jatinho, ou para se comprar um jatinho. É esse papel que o Governo do Estado tem que vir a público debater. Na verdade 45% é o número de abertura de renúncia do Estado. Se tivéssemos 45% a mais, hoje os policiais não estariam nessa situação, porque o poder de compra do servidor público seria 45% maior. Mas o Estado está escolhendo a quem atender, e não é o povo, e, aliás, nem ficam no Paraná, ficam nos CNPJs da vida, na realidade virtual do ganho financeiro da bolsa de valor.

Aqui o Secretário, na mesma reunião, disse que não podia abrir o sigilo, que existe uma lei, mas o sigilo fiscal, segundo o Código Tributário Nacional, art. 198, não é vedada a divulgação de informações relativas de incentivo, renúncia, benefício ou imunidade tributária, cujo beneficiário seja pessoa jurídica. O Paraná não está aplicando e não está cumprindo lei, a verdade é essa, e para isso estou apresentado aqui hoje e vou pedir e deixar a assinatura em aberta para todos os Deputados de um Projeto de Lei que visa trazer transparência nessas informações, que elas sejam divulgadas e disciplinadas. A ideia do Projeto é fazer com que a Secretaria da Fazenda divulgue essas informações. Esperamos que a população do Paraná passe a ter acesso, passe a ter conhecimento de quais são as empresas que estão sendo beneficiadas pela renúncia fiscal. Qual o valor e o que esta Casa pode fazer enquanto Assembleia. Temos que ter uma lei para regulamentar isso. O Estado não está cumprindo o seu papel, nem Portal da Transparência alimentado tem, *compliance*, então, só no nome, e não tenho dúvida de que esta Casa não se furtará a debater esse tema. Portanto, quero deixar claro aqui mais uma vez, não sou contra a estratégia de renúncia fiscal, muito pelo contrário, acho que o mecanismo que interprete se elas estão dando emprego, gerando emprego, trazendo desenvolvimento, é muito importante. O que não dá agora é para abrir mão de 17.4 bilhões, tirar dinheiro das Prefeituras, tirar dinheiro da saúde, da educação, e não ter notícia se isso está sendo favorável ou não. Não podemos, temos aqui, por exemplo, um acesso à compra de veículos por portadores de necessidades especiais. O Estado do Paraná, quando o veículo é mais de R\$ 70 mil, proíbe esse acesso, não tem lei, mas nenhum carro hoje automático custa menos que 70 mil. Mas escolhemos não deixar o portador de necessidade especial ter acesso ao benefício fiscal, mas a Ambev tem, a Ambev teve 400 e tantos bilhões para estar gerando hoje em Ponta Grossa cerca de 450 empregos diretos. Se fosse fazer uma relação, é 1 milhão de renúncia para cada emprego gerado, porque a empresa é toda automatizada. E saibam, quando acabar a renúncia ela vai pegar as suas malas e vai embora do Paraná, e vamos ficar aqui com todo o prejuízo acumulado aos cofres do Paraná, que foi deixado de ser investido na segurança, na saúde. A sociedade exige transparência. O

Governo vive falando que é o Governo da nova política, Governo do *compliance*, o Governo 5.0, turbinado, sei lá como é o nome que é dado na mídia, mas não tem a transparência devida com o dinheiro do povo. Que nova política é essa que transforma e dobra a propaganda no ano da eleição? Que política nova é essa? Ter idade nova, ser jovem na idade, não significa ser jovem de espírito, jovem de entender o Estado. O Paraná precisa de um Governador com experiência, o Paraná precisa de alguém experimentado. Essa história de testar para ver como é que dá não está dando certo. O povo vive sofrendo. Hoje tivemos um episódio lamentável entre as forças de segurança, um episódio já relatado aqui pelo Soldado Fruet e por outros. Mas esse é um dos milhares de episódios. O Governador tem dificuldade de circular pelo Estado do Paraná por conta do tratamento, aliás, por conta da falta de tratamento e diálogo com a polícia, com os professores, com os servidores da saúde. Um Governo que tem um diálogo bom, mas com alguns, e essa matéria aqui, de agora, da *Folha de São Paulo*, diz que três Senadores recuaram e a CPI do balcão de negócio do MEC foi engavetada. Na sua quarta página, *Folha de São Paulo*: “Entre os Senadores circula a informação de que houve pedido de liderança do Podemos no Senado, para que os Senadores da legenda retirassem as suas assinaturas. A articulação teria envolvido o Governador do Paraná, Ratinho Junior, em contato com o Líder do Podemos, Álvaro Dias”. Bom, dialoga com o Senador para tirar assinatura da CPI, mas não dialoga com o serviço público do Paraná, não recebe, não tem uma política de construção com o micro e com o pequeno empresário. Dialoga para não fazer a CPI, mas não recebe as reclamações do povo. Dialoga para não assinar a CPI, mas não tem coragem de estar em ato público. Olha, há uma inversão de papéis aqui, a inversão está em quem ser beneficiado e atendido pelo Governo do Estado. Se essa é a nova política, quero ser velho da política. Essa nova política não me representa, sou daquela política que tem o Portal da Transparência alimentado, daquela política que abre as portas e recebe todo mundo, daquela política que aceita o contraditório, daquela política que em vez de gastar em propaganda, investe na segurança pública, por exemplo, neste

momento, da política que tem um Paraná reconhecido com problemas e precisa de auxílio. (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson...

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Uma vergonha o papel dos três Senadores paranaenses no Senado neste caso aqui, vergonha, três Senadores. O Sr. Oriovisto, aquele que não é visto pelo Estado do Paraná; o Álvaro Dias, que articulou pelo jeito isso, a mando do Palácio do Iguaçu; e o Flávio Arns. É difícil o Paraná ter um comportamento submisso ao Governo Federal. Talvez seja por isso, como o nobre Líder do Governo colocou aqui, que o Governo do Paraná tem uma relação tão íntima com o Governo Bolsonaro, trouxe para passear no Estado, para visitar a ExpoLondrina, para visitar o santuário, ótimo! Todo mundo é bem-vindo ao Paraná, mas pelo jeito o teor da conversa foi para ter isso aqui hoje, a retirada da assinatura. Que triste ouvir um noticiário desse e o Brasil às mínguas na corrupção do MEC.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bührer (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Homero Marchese (REP), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos

Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) (49 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa: Anibelli Neto (MDB), Guto Silva (PP), Jonas Guimarães (PSD), Marcio Nunes (PSD), e Marcio Pacheco (REP) (5 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o nº 129/2022**, do Deputado Evandro Araújo, que obriga as operadoras de telefonia móvel e fixa que atuam no âmbito do Estado do Paraná a disponibilizarem em seus portais na internet e em seus aplicativos extrato detalhado de conta das chamadas telefônicas e serviços utilizados na modalidade de recarga de créditos por pagamento antecipado, também conhecida como plano pré-pago, e dá outras providências; **Autuado sob o nº 130/2022**, dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Michele Caputo, que dispõe sobre a política de inclusão e acesso ao fomento cultural de grupos tradicionais, discriminados, vulneráveis e invisibilizados no Estado do Paraná; **Autuado sob o nº 131/2022**, do Deputado Adelino Ribeiro, que dispõe sobre a substituição de sirenes e sinais sonoros para não gerar incômodos nos alunos com transtorno do espectro autista – TEA em todas as escolas do nosso Estado, e dá outras providências; **Autuado sob o nº 132/2022**, da Deputada Luciana Rafagnin, que insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa da Reforma Agrária: Celebrando a Cultura Caiçara e Camponesa, realizada anualmente no último sábado do mês de novembro, no município de Antonina; **Autuado sob o nº 133/2022**, da Deputada Luciana Rafagnin, que institui a Semana de Conscientização sobre a Importância da Liberdade de Imprensa para

a Democracia, a ser comemorada na primeira semana do mês de abril; **Autuado sob o nº 134/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o Título de Utilidade Pública à Ong SOS Criança e Adolescente, com sede no município de São Jerônimo da Serra.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

Temos quatro Redações Finais.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 747/2019, de autoria do Deputado Reichembach, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Palotinense de Bicicross, com sede no município de Palotina.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 190/2021, de autoria do Deputado Cobra Repórter, que inclui o Agosto Cinza, mês de reflexão e promoção de eventos sobre a prevenção e combate a incêndios.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 655/2021, de autoria dos Deputados Ricardo Arruda, Delegado Fernando Martins, Coronel Lee, Soldado Fruet, Delegado Jacovós e Gilberto Ribeiro, que assegura a plena liberdade e o direito de ir e vir em todo território do Estado do Paraná e veda qualquer exigência de documento, certidão, atestado, declaração ou passaporte sanitário.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 56/2022, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Cultural Desportiva Rondonense, com sede no município de Marechal Cândido Rondon.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados.**

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, a Oposição registra voto contrário à 3.^a votação do PL n.^o 655/2021.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Devidamente registrado o voto da Oposição no Item 3.

ITEM 5 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 433/2021, de autoria dos Deputados Alexandre Curi e Professor Lemos, que concede ao município de Pinhalão o Título de Capital do Café Especial. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa do Diretor do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Gustavo von Bahten, é isso?

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Gustavo von Bahten, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Gustavo von Bahten. Seja bem-vindo, por solicitação do Deputado Homero Marchese. Deputado Michele, está registrada a sua presença aqui, é só votar. Ainda pendentes os votos dos Deputados Mauro Moraes e Goura. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos**

Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (46 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Anibelli Neto, Goura, Guto Silva, Jonas Guimaraes, Marcio Nunes, Marcio Pacheco e Mauro Moraes (8 Deputados).] Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 433/2021. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Goura.)

ITEM 6 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 29/2022, de autoria do Deputado Arilson Chiorato, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Kadeirantes Integrados com o Gerenciamento dos Sportes, com sede no município de Maringá. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO GALO (PP): Questão de ordem, Sr. Presidente. Presidente Traiano, enquanto votam, quero registrar aqui da nossa funcionários Jeniffer está de aniversário hoje. Grato, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ah, devidamente muito bem registrado, a nossa querida funcionária do Cerimonial. Parabéns, felicidades. E depois, lá no Cerimonial, com certeza, terá uma festinha e o Galo será convidado. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Homero**

Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (46 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Anibelli Neto, Goura, Guto Silva, Jonas Guimarães, Marcio Nunes, Marcio Pacheco e Tião Medeiros (8 Deputados).] Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 29/2022. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Goura.)

ITEM 7 – 1.ª Discussão do Projeto Lei n.º 416/2021, de autoria do Deputado Cobra Repórter, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Comunidade Terapêutica Viver Bem Assistência e Apoio a Mulheres Dependentes Químicas e Alcoólatras e Familiares, com sede no município de Ibirapuã. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Goura, *pela ordem*.

DEPUTADO GOURA (PDT): Só registrar meu voto favorável do Item 4 ao Item 6, por gentileza.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Devidamente registrado em Ata.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (43 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Anibelli Neto, Cristina Silvestri, Guto Silva, Jonas Guimarães, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Requião Filho, Soldado Adriano José e Tião Medeiros (11 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto Lei n.º 416/2021.**

ITEM 8 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 117/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 21/2022, que aprova o crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Orçamento. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Grande Líder do Governo, seu voto, como V.Ex.^a se manifesta?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, questão de ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson, por favor.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Com a volta da Sessão presencial, o horário do Grande Expediente é de 10 ou 15 minutos?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Quinze minutos.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Dr. Batista e Gilberto Ribeiro. Votação encerrada. Doutor Batista vota “sim”?

DEPUTADO DR. BATISTA (UNIÃO): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (44 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Anibelli Neto, Cristina Silvestri, Dr. Batista, Guto Silva, Jonas Guimarães, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Requião Filho e Tião Medeiros (10 Deputados).]* Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 117/2022**. Quarenta e cinco votos com o voto do Dr. Batista.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Temos três requerimentos. Deputado Marcel, por favor, três requerimentos de pedido de informações, dos Deputados Homero, Boca Aberta e Arilson: **Requerimento n.º 743/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Fazenda, conforme específica; **Requerimento n.º 744/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, solicitando informações ao Secretário de Estado da Segurança Pública, conforme específica; e **Requerimento n.º 745/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando informações ao Secretário de Estado da Educação e do Esporte sobre as matrículas no CEEBJA.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Enviar como expediente, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Encaminhados como expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com os autores, serão encaminhados como envio de expediente.**

Requerimento n.º 768/2022, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando a dispensa de votação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 29/2022. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 740/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento da Sr.^a Vera Lúcia Peres de Oliveira; **Requerimento n.º 741/2022**, do Deputado Coronel Lee, solicitando envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, requerendo a atualização do período de concessão da licença-paternidade para os militares estaduais; **Requerimento n.º 742/2022**, do Deputado Soldado Fruet, solicitando registro e envio de votos de congratulações com menção honrosa aos Sr.^s Policiais Militares Soldado Luciano Ferreira Vitor, Soldado Roberval Torino e Soldado Victor Hugo Turra Ribeiro da Silva; **Requerimento n.º 746/2022**, do

Deputado Coronel Lee, solicitando envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, sobre a implementação do auxílio-alimentação para os militares estaduais veteranos componentes do CMEIV; **Requerimento n.º 747/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o registro e envio de menção honrosa ao Sr. Arlindo da Rosa; **Requerimento n.º 748/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, requerendo o registro e envio de votos de congratulações à acadêmica da Unioeste, Elaine Luzia dos Santos; **Requerimento n.º 750/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o registro e envio de menção honrosa para o Sr. Jonatas Mateus de Queiroz Pereira; **Requerimento n.º 751/2022**, do Deputado Adelino Ribeiro, solicitando registro e envio de moção de louvor e aplausos ao Abrigo São Vicente de Paula, pelos 45 anos de atuação no município de Cascavel; **Requerimento n.º 754/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando envio de expediente ao Chefe da Casa Civil do Governo do Paraná, Sr. João Carlos Ortega, conforme especifica; **Requerimento n.º 756/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando envio de expediente ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, conforme especifica; **Requerimento n.º 758/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde do Paraná, encaminhando solicitação pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Paranapanema – CISVAP; **Requerimento n.º 760/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando envio de expediente ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme especifica; **Requerimento n.º 767/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o registro e envio de menção honrosa ao Sr. Eduardo dos Santos; **Requerimento n.º 769/2022**, do Deputado Dr. Batista, solicitando o registro e envio de votos de congratulações à Dr.^a Juliana Almodin; **Requerimento n.º 770/2022**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o registro e envio de votos de congratulações com menção honrosa à Sr.^a Ruth Bárbara Steidle; **Requerimento n.º 771/2022**, do Deputado Dr. Batista, solicitando o registro e envio e votos de congratulações ao Dr. Hamilton Moreia; **Requerimento n.º 772/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o registro e envio de voto de congratulações pelos 25 anos de Assentamento 8 de abril, no município de

Jardim Alegre; **Requerimento n.º 773/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento de Francisco Strozake; **Requerimentos n.ºs 774, 775 e 777 a 814/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Jorge Teixeira Mendes, Luiz Orlando Gasparello, Domingos Bressan, Vera Aparecida Janoski, Doraci Eva Urbano Marques de Miranda, José Antônio Costa de Lima, Ilenir Conceição Mendes Vettorazzi, Hamilton de Quadros Dick, Ruth Kiel Olivo, José Carvalho de Souza, Clarice Hilgenerg, Jane de Fátima Fagundes Alves, Catharina Skochinski, Leuci Maria Santos Pinto, Zeneida de Jesus Ribeiro Santos, Irene de Andrade, Elza Alves, Maria das Neves Migliorini, Sônia Maria Medina de Ramos, Vilma Teresinha Silva, Lino José Vaz, José Orlando Cox, Orlando Coradim, Luiz Carlos Cardoso, Alceu Jorge Nunes Soares, Cícero Delinski, Agenor Gonçalves Pereira, Leonardo Lecheniooski, José Correa dos Santos, José Maria Paes de Almeida, Alfredo Krapp, Pedro Padilha Martins, Marilis de Oliveira, Emília Tortura, Mariza de Fátima Curi, Maria Ricardo, Nadir Palhano Rodrigues, Maria Iracema da Paixão dos Santos, Lurdes da Conceição Fernandes, Margarida Santos da Silva; **Requerimento n.º 776/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o registro de votos de congratulações ao município de Altamira do Paraná; **Requerimento n.º 815/2022**, do Deputado Goura, solicitando o registro e envio de votos de congratulações ao Sr. Eduardo Augusto Mansano Manso, Fundador e Coordenador do Projeto Direitos nas Comunidades Indígenas; **Requerimento n.º 816/2022**, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Diretor Presidente do Instituto Água e Terra do Paraná, Sr. José Volnei Bisognin, requerendo providências para a regularização fundiária de comunidades Quilombolas em áreas devolutas estaduais; **Requerimento n.º 817/2022**, do Deputado Delegado Jacovós, solicitando o registro e envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Rotary Club de Maringá; **Requerimento n.º 818/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando envio de expediente ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná, Sr. Gilberto Giacoia, conforme específica; **Requerimento n.º 819/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando envio de expediente à Promotora da 178.ª Zona Eleitoral de Curitiba,

Sr^a. Mônica Lievora, conforme especifica; **Requerimento n.^º 820/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando envio de expediente à Promotora da 1.^a Promotoria de Proteção ao Patrimônio Público de Curitiba, Sr.^a Luciane Evelyn Cleto Melluso T. Freitas, conforme especifica; **Requerimento n.^º 821/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando envio de expediente à Promotora da 1.^a Promotoria Criminal de Curitiba, Sr.^a Maria Angela Camargo Kiszka, conforme especifica.

Requerimento com despacho do Presidente.

Ao Cerimonial, à Diretoria Geral e à Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.^º 764/2022**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, requerendo o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 13 de abril de 2022.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.^º 753/2022**, do Deputado Marcio Nunes, solicitando autorização para se ausentar do país no período de 8 a 16 de abril de 2022, para tratar de assuntos particulares, sem ônus para o Poder Legislativo; **Requerimento n.^º 755/2022**, dos Deputados Mabel Canto, Cristina Silvestri, Goura, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Cantora Mara Lima, Galo e Maria Victória, requerendo a inclusão da Deputada Maria Victória como coautora do Projeto de Lei n.^º 360/2021; **Requerimento n.^º 759/2022**, do Deputado Tadeu Veneri, comunicando que o Bloco Parlamentar formado pelos Partidos PT e PDT passará a ter como Líder o Deputado Tadeu Veneri, como 1.^º Vice-Líder o Deputado Professor Lemos e como 2.^º Vice-Líder a Deputada Luciana Rafagnin; **Requerimento n.^º 762/2022**, do Deputado Delegado Jacovós, requerendo a inclusão do Deputado Marcel Micheletto como Membro Titular da Comissão de Finanças; **Requerimento n.^º 763/2022**, do Deputado Delegado Jacovós, requerendo a inclusão do Deputado Marcel Micheletto como Membro Titular da Comissão de Educação; **Requerimento n.^º 765/2022**, dos Deputados Delegado Jacovós, Marcel Micheletto, Gilberto Ribeiro, Ricardo Arruda e Gilson de Souza, comunicando que o Partido Liberal – PL terá como Líder o

Deputado Delegado Jacovós e como Vice-Líder o Deputado Ricardo Arruda; **Requerimento n.º 766/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando a sua exclusão como coautor do Projeto de Lei n.º 466/2021, de autoria dos Deputados Francisco Bührer, Luiz Claudio Romanelli, Requião Filho, Marcio Pacheco, Tercílio Turini, Ademar Traiano, Professor Lemos, Paulo Litro e Rodrigo Estacho.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 752/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 6 de abril de 2022; **Requerimento n.º 757/2022**, da Deputada Cristina Silvestri, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 4 a 6 de abril de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês, uma ausência injustificada): **Requerimento n.º 749/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 6 de abril de 2022; e **Requerimento n.º 761/2022**, do Deputado Luiz Carlos Martins, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 6 de abril de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para terça-feira, dia 12 de abril de 2022, à hora e regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 62/2020, 416/2021 e 117/2022; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 546/2018, 579/2018 e 271/2021.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h24, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)